

CIBELE GUEDES SANTIAGO ROSA

**Alocação do tempo de trabalho entre os cônjuges diante de choques econômicos: um
olhar sobre famílias brasileiras**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Ana Cecília de Almeida
Coorientadora: Andrezza Luiza Batista

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

R788a
2024
Rosa, Cibele Guedes Santiago, 1998-
Alocação do tempo de trabalho entre cônjuges diante de
choques econômicos: um olhar sobre famílias brasileiras /
Cibele Guedes Santiago Rosa. – Viçosa, MG, 2024.
1 dissertação eletrônica (48 f.): il.

Inclui apêndice.

Orientador: Ana Cecília de Almeida.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Economia, 2024.

Referências bibliográficas: f. 43-47.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.666>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Renda - Distribuição. 2. Divisão do trabalho por sexo.
3. Mercado de trabalho. 4. Discriminação de sexo no emprego.
5. Mulheres no desenvolvimento. I. Almeida, Ana Cecília de ,
1991-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia.
III. Título.

CDD 22. ed. 339.2


CIBELE GUEDES SANTIAGO ROSA

**Alocação do tempo de trabalho entre cônjuges diante de choques econômicos: um olhar
sobre famílias brasileiras**


Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA:

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 **CIBELE GUEDES SANTIAGO ROSA**
Data: 10/10/2024 15:05:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cibele Guedes Santiago Rosa
Autor

Documento assinado digitalmente
 **ANA CECILIA DE ALMEIDA**
Data: 10/10/2024 14:50:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Cecília de Almeida
Orientador

À minha mãe, por ser meu porto seguro, minha fonte de inspiração e minha maior bênção.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me guiar, sustentar e fortalecer.

Aos meus pais, Geraldo e Lucília, agradeço pelo amor e apoio incondicionais, e por todos os sacrifícios feitos para me proporcionarem sempre o melhor. Sem vocês, nada seria possível.

À minha prima e amiga, Bárbara, pela amizade e incentivo que já me livraram de inúmeros abismos. Obrigada por acreditar em mim quando até eu mesma duvidei.

Às amigas preciosas que fiz nesses dois anos. Felipe Nathan, Miriã, Júlia, Aline, Thaísa, Jaqueline e Glenda, que grata surpresa do destino! Muito obrigada por serem meu suporte e por me ouvirem de coração aberto nos tantos momentos de incerteza. Com vocês por perto, tudo se tornou mais leve.

Às minhas queridas amigas, Marissol, Natália e Rayza, pela torcida, paciência e compreensão quando estive ausente. Obrigada por me ajudarem a recarregar minhas energias e seguir em frente.

À Camila, Matheus, Malu e Júlia Araújo, minha gratidão imensa pela amizade de tantos anos. Obrigada por estarem sempre ao meu lado e por abrirem suas casas e fazerem com que eu me sinta parte da família.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Ana Cecília, por todas as contribuições valiosas, pela solicitude, dedicação e paciência. O seu apoio foi fundamental em diversos momentos, quando além de orientadora, foi uma conselheira e amiga. Obrigada por sempre me fazer acreditar que seria possível. Agradeço também a minha coorientadora, Dra. Andrezza, cuja contribuição foi fundamental para a realização deste trabalho e que sempre esteve disponível quando precisei.

À Prof.^a Dra. Maria Micheliana, pela colaboração desde o início desta pesquisa. Ao Prof. Dr. Elvanio, por aceitar o convite para participar da banca de dissertação e por suas ricas contribuições.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo incentivo a realização desta pesquisa na forma de apoio financeiro.

“Aqueles que semeiam com lágrimas, com cantos de alegria colherão.”

Salmos 126:5

RESUMO

ROSA, Cibele Guedes Santiago, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2024. **Alocação do tempo de trabalho entre cônjuges diante de choques econômicos: um olhar sobre famílias brasileiras.** Orientadora: Ana Cecília Almeida. Coorientadora: Andrezza Luiza Batista

O presente estudo investigou os efeitos de choques exógenos de renda na divisão do trabalho doméstico, remunerado e total entre cônjuges em regiões metropolitanas brasileiras de 2016 a 2019, com base nos dados da PNAD Contínua. Os resultados revelaram que as mulheres se dedicam mais ao trabalho doméstico, enquanto os homens tendem a trabalhar mais fora de casa. Choques positivos de renda reduziram as disparidades de tempo dedicado ao trabalho doméstico e remunerado, o que sugere uma redistribuição de responsabilidades. Além disso, a partir da interação entre choques de renda e escolaridade feminina, foi observado que, à medida que a escolaridade da mulher aumenta, ambos os choques resultam em uma redução na disparidade de tempo de trabalho entre os gêneros. Tal resultado evidenciou o papel do empoderamento feminino na redistribuição de tarefas, de modo a reforçar a importância de políticas que promovam a educação e o emprego das mulheres para uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Choques exógenos de renda, Desigualdade de gênero, Mercado de trabalho, Empoderamento feminino.

ABSTRACT

ROSA, Cibele Guedes Santiago, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2024. **Alocação de tempo de trabalho entre os cônjuges diante de choques econômicos: um olhar sobre famílias brasileiras.** Adviser: Ana Cecília Almeida. Coadviser: Andrezza Luiza Batista.

The present study investigated the effects of exogenous income shocks on the division of domestic, paid, and total work among spouses in Brazilian metropolitan regions from 2016 to 2019. The research was done using the PNAD Contínua data. The results revealed that women dedicate more time to domestic work, while men tend to work more outside the home. Positive income shocks reduced disparities in time spent on domestic and paid work, suggesting a redistribution of responsibilities. Additionally, through the interaction between income shocks and female education, it was observed that as women's education level increases, both shocks result in a reduction in the gender gap in working time. This result highlighted the role of female empowerment in task redistribution, emphasizing the importance of policies promoting women's education and employment for a fairer society.

Keywords: Exogenous income shocks, Gender inequality, Labor market, Female empowerment.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Características das pessoas de referência do domicílio no período 2016-2019, por sexo..... | 28 |
| Tabela 2 – Índice de alocação do tempo dos cônjuges no período 2016-2019..... | 29 |
| Tabela 3 – Médias de horas trabalhadas dos cônjuges para o período 2016-2019..... | 30 |
| Tabela 4 – Domicílios afetados por choques positivos e negativos no período 2016-2019..... | 32 |
| Tabela 5 – Efeitos de choques de renda sobre a alocação do tempo entre os cônjuges, considerando trabalho remunerado, doméstico e total (2016 a 2019) | 32 |
| Tabela 6 – Efeito empoderamento (educação mais elevada da mulher) sobre os choques de renda (2016 a 2019) | 36 |
| Tabela 7 – Índice de alocação do tempo de trabalho dos cônjuges, considerando horas trabalhadas no trabalho principal, secundário e outros (2016-2019) | 38 |
| Tabela 8 – Efeitos de choques de renda sobre a alocação do tempo entre os cônjuges, considerando horas trabalhadas no trabalho principal, secundário e outros (2016 a 2019) | 39 |
| Tabela 9 – Efeito empoderamento (educação mais elevada da mulher) sobre os choques de renda, considerando horas trabalhadas no trabalho principal, secundário e outros (2016 a 2019) | 39 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 1.1 Considerações Iniciais | 10 |
| 1.2 Problema e sua importância | 13 |
| 1.3 Hipóteses | 18 |
| 1.4 Objetivos | 18 |
| 1.4.1 Objetivo Geral | 18 |
| 1.4.1 Objetivos Específicos | 18 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 19 |
| 3 METODOLOGIA..... | 23 |
| 3.1 Modelo analítico | 23 |
| 3.2 Fonte de dados..... | 27 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 28 |
| 4.1 Estatística Descritiva | 28 |
| 4.2 Análise Econométrica | 32 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 41 |
| REFERÊNCIAS | 43 |
| APÊNDICE | 48 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Iniciais

Ainda que a busca pela igualdade de gênero e empoderamento de todas as meninas e mulheres seja estabelecida como um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2023), sua concretização permanece como um desafio em todo o mundo. Apesar dos avanços alcançados ao longo dos anos, persistem desigualdades arraigadas que afetam negativamente o gênero feminino em diversas esferas da sociedade, tais como educação, acesso a oportunidades de emprego, participação política e tomada de decisões (Hirata; Kergoat, 2017, Bandeira; Preturlan 2016, Santos; Almeida, 2024).

De acordo com o Relatório Global de Desigualdade de Gênero elaborado pelo Fórum Econômico Mundial em 2023, estima-se que a conquista da isonomia entre os gêneros levará 131 anos. No que diz respeito a participação econômica e oportunidades, acesso à educação e sobrevivência e empoderamento político, o progresso alcançado corresponde a 68,4% de igualdade de gênero a nível global. O Brasil, em específico, ocupa a 57ª posição entre os 146 países avaliados no que concerne a equidade entre homens e mulheres. Em comparação com o ano anterior, o país registrou um avanço significativo ao subir 37 posições no ranking (WEF, 2023).

Em particular, a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro tem aumentado de forma contínua. Contudo, apesar dos avanços notáveis das mulheres na educação e na proteção social, permanecem desigualdades significativas, não apenas em termos de participação e remuneração menores em comparação com os homens, mas também na qualidade do acesso ao mercado laboral, visto que ainda se mantem altas taxas de informalidade, salários baixos e condições precárias (Guiginski;Wajnman, 2019). Isso porque, historicamente, o trabalho feminino foi visto como provisório e complementar, o que contribuiu para a manutenção dessa condição desigual que perdura em muitos aspectos até os dias atuais (Salvagni *et al.*, 2023).

O trabalho doméstico e de cuidados, não remunerado, é uma das áreas na qual se observa com mais clareza esta desigualdade. Conforme Bandeira e Preturlan (2016), as diferenças entre os gêneros são moldadas na tradicional divisão sexual do trabalho, que atribuiu às mulheres a responsabilidade pelas tarefas domésticas e pelo trabalho de cuidado, em especial de filhos, idosos e doentes, realizados na esfera da reprodução social. Em contrapartida, os homens são designados a espaços de atuação na vida econômica e política da sociedade.

Dessa forma, a sobrecarga do trabalho doméstico tem impactos prejudiciais para as mulheres, tais como a dificuldade de acesso a empregos no setor formal da economia e a limitação de oportunidades profissionais, além de restringir o ingresso à educação formal e à níveis superiores de educação (Barajas, 2016). Como consequência, elas enfrentam impedimentos em relação às prestações de seguridade social e são frequentemente empregadas em setores econômicos de baixa remuneração. Ademais, segundo Guiginski e Wajnman (2019), a maternidade também é um fator que pode resultar na interrupção definitiva da carreira profissional da mulher, ou na procura por empregos com horários mais flexíveis, e por conseguinte com menor remuneração, visto que as mães ficam, na maior parte das vezes, presas em uma dupla tarefa de demonstrar competência e lidar com a maternidade, ambas situações repletas de exigências e cobranças.

Ao considerar o contexto mundial, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres desenvolvem no mínimo o dobro de afazeres domésticos comparados aos homens (ILO, 2016). No Brasil, essa diferença é ainda mais significativa. Em 2017, enquanto os homens dedicavam aproximadamente 10,3 horas semanais a atividades de cuidado e/ou afazeres domésticos, entre as mulheres, a média de horas dedicadas a essas atividades situava-se em torno de 18,1 horas. Quando essas tarefas são desmembradas, a disparidade torna-se ainda maior, a taxa de cuidado de pessoas entre as mulheres era de 37% e entre os homens de 25,6%; e a taxa para os afazeres domésticos foi de 91,7% entre as mulheres contra 76,4% entre os homens. No mercado de trabalho, os homens brasileiros trabalham, em média, 39,9 horas por semana, contra 35,1 horas das mulheres. Ao observar o total de horas em atividades do lar e do mercado de trabalho, portanto, a média para as mulheres é superior à dos homens (53,8 contra 50,2 para os homens) (IBGE/PNAD, 2018).

Essas disparidades permanecem ao observar o ano de 2019. As mulheres despendem o dobro do tempo que os homens em atividades reprodutivas (22,2 horas contra 11 horas dos homens), enquanto eles trabalham 10 horas a mais em atividades remuneradas (30,9 horas contra 19,3 horas das mulheres), sendo ainda a renda média das mulheres inferiores à deles (Bohn e Fernandez, 2023).

Dessa forma, é possível observar que devido a aspectos culturais, a divisão sexual do trabalho intra-domiciliar não é equitativa entre os membros. Além disso, esses papéis tradicionais de gênero, como apontado por Almeida (2020), resultaram em menos acumulação de ativos por parte das mulheres, menor acesso e controle de recursos e benefícios, menor capacidade de negociação em decisões e maior vulnerabilidade a ameaças ou violência. Tais características, como menciona Teixeira (2009), fazem com que a população feminina seja mais

sensível a choques exógenos¹. A título de exemplo, como descreve Almeida (2020), caso as mulheres passem a se dedicar mais aos afazeres domésticos e os homens elevem sua participação no mercado de trabalho, em consequência de um choque exógeno, pode-se observar que esse advento têm o potencial de perpetuar os tradicionais papéis de gênero. No entanto, em sentido oposto, se ocorrer um choque exógeno que resulte em mudanças estruturais, as desigualdades podem ser reduzidas ao melhorar a situação das mulheres, em contextos em que elas são menos favorecidas.

Nesta perspectiva, a literatura tem-se dedicado a avaliar se choques econômicos afetam de maneira díspar pessoas de diferentes sexos. Como exemplo, durante a crise de 2008, desencadeada nos Estados Unidos, a taxa de desemprego americana foi maior para homens. Contudo, ao examinar como as pessoas reagiram ao impacto, observou-se um aumento notável no contingente de mulheres que transitaram da inatividade para busca ativa por emprego (Sahin; Song; Hobijn, 2010). No Brasil, conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009), embora os homens tenham perdido mais empregos², as mulheres foram ainda mais afetadas, visto que houve uma redução expressiva na taxa de atividade. Tal fato sugere que choques econômicos podem impactar a distribuição de renda entre gêneros e, por conseguinte, alterar as relações domiciliares (Batista;Costa, 2022).

Essa consideração assume uma importância crucial no contexto brasileiro, pois o país tem enfrentado nos últimos anos crises econômicas sucessivas. Estimativas apontam que entre 2014 e 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita tenha diminuído em torno de 9%. Além disso, a economia sofreu uma desaceleração significativa, chegando a -3,8% de crescimento do PIB em 2015, enquanto a inflação atingiu 10,67% no mesmo ano (Barbosa Filho, 2017). Como resultado, a taxa de desemprego no Brasil aumentou de 7,4% em 2010 para 12% em 2016 (IBGE, 2018). Essas tendências persistiram em 2019, com a taxa de desemprego atingindo 11,9% (IBGE, 2020). Dessa forma, pode-se observar que o desemprego configura um papel importante na transmissão dos efeitos da crise para os domicílios brasileiros. Portanto, é relevante compreender como os choques econômicos, negativos ou positivos, podem remodelar as dinâmicas de gênero intra-domiciliares.

Além disso, é importante destacar a pandemia de Covid-19 que também levou à perda de renda e bem-estar para as famílias. Em 2020, o PIB registrou uma retração de 4,1%, e a taxa

¹ Eventos inesperados com poder de interferir no bem-estar e na vida dos indivíduos, bem como de aumentar ou minimizar as desigualdades de gênero.

² Assim como nos Estados Unidos, isso ocorreu devido aos setores tradicionalmente masculinos terem sido os mais atingidos.

de desemprego aumentou para 13,5%, reflexos diretos das consequências econômicas geradas pela pandemia (Cardoso et al. 2021). Além disso, segundo Santos e Almeida (2024), ter como pessoa de referência no domicílio uma mulher aumenta a probabilidade de vulnerabilidade à pobreza no domicílio, sendo esse efeito aumentado perante a pandemia de Covid-19. Mesmo não sendo o foco central deste estudo, é importante destacar que eventos como esses podem continuar acontecendo na economia brasileira, e, por isso, verificar as consequências de choques exógenos de renda é importante para ajudar a formular políticas públicas que mitiguem os efeitos de outros eventos não esperados que impactam emprego e renda.

Diante das complexas ramificações dos choques econômicos sobre a dinâmica de gênero, é fundamental reconhecer que tais impactos transcendem os aspectos meramente econômicos. Conforme observado por Almeida (2020), esses choques podem afetar as mulheres não somente por meio de indicadores econômicos como educação, renda, participação no mercado de trabalho e engajamento político, mas também podem moldar a autopercepção das mesmas e influenciar a maneira como são notadas pela sociedade. Estas observações sublinham a urgência de uma análise mais abrangente e aprofundada desses fenômenos, não apenas para compreender as consequências imediatas, mas também para orientar intervenções que visem à promoção de uma sociedade mais igualitária e justa para todos os gêneros.

1.2 Problema e sua importância

Na iminência de choques econômicos, tanto negativos quanto positivos, ou seja, condições desfavoráveis ou favoráveis na economia, observa-se que alguns esforços são feitos para ajustar as dinâmicas familiares em resposta às mudanças financeiras. Assim, este estudo propõe-se a responder a seguinte questão: choques econômicos, sejam eles negativos ou positivos, afetam a distribuição de tempo das atividades remuneradas, não remuneradas e totais entre homens e mulheres em um domicílio?

Modena e Gilbert (2012), conceituam choques como eventos adversos não previstos que se dividem em econômicos e demográficos. Os choques econômicos estão relacionados a mudanças que afetam de forma direta os indicadores econômicos da família, como quando há perda de emprego ou redução de salário de algum membro. Já os choques demográficos correspondem a mudanças não antecipadas na estrutura familiar que pode vir a impactar variáveis econômicas da mesma, como por exemplo morte ou doença de algum membro e divórcio (Modena; Gilbert, 2012). Além disso, os choques econômicos variam entre positivos e negativos. São considerados positivos, se elevam a renda e negativos, caso contrário.

Segundo Kumar e Quisumbing (2014), fatores culturais (como os ditos papéis de gênero), econômicos e biológicos, são capazes de explicar as razões de pessoas de gêneros diferentes serem afetadas e reagirem aos choques de formas distintas. Segundo Bahçe e Memiş (2013), na situação de perda de emprego, os indivíduos sentem a necessidade de compensar a redução na renda domiciliar por meio de ajustes na jornada de trabalho dos membros. Em geral, são as mulheres que assumem a carga extra de trabalho ao dedicarem mais horas em empregos informais no mercado ou em tarefas adicionais não remuneradas, isso leva a um aumento no tempo empenhado ao trabalho total (remunerado e não remunerado) por parte das mesmas (Bahçe; Memiş, 2013; Berik; Kongar, 2015). Na mesma perspectiva, de acordo com Berik e Kongar (2015), um choque negativo de renda altera a maneira como as tarefas são divididas entre os gêneros, sejam elas pagas ou não, o que culmina para um impacto direto nas atividades totais e, como resultado, no tempo disponível para atividades de lazer e cuidado pessoal.

Dessa forma, conforme ressaltado por Bahçe e Memiş (2013), é esperado que o desemprego de um dos cônjuges altere a distribuição das tarefas não remuneradas no ambiente doméstico. Isso acontece devido à redução da renda familiar, que pode levar ao aumento da contribuição de trabalho por parte do cônjuge empregado, o que resulta em uma diminuição das responsabilidades relacionadas ao trabalho não remunerado que acontece no âmbito domiciliar. Em países em desenvolvimento, durante um período de crise, a ocorrência de um desses efeitos dependerá das características da distribuição das atividades no ambiente intra-domiciliar. Entretanto, evidências sustentam que na maior parte das vezes, são as mulheres que alocam uma parcela significativa do seu tempo na realização de tarefas não remuneradas nos momentos de crise (Sabarwal; Sinha; Buvinic, 2010; Bahçe; Memiş, 2013).

Nesse contexto, o modelo teórico proposto por Becker (1991), que aborda as decisões de alocação do tempo dos cônjuges em relação às produtividades no mercado de trabalho e em casa, destaca-se. Segundo essa teoria, condições como salários mais elevados para os homens, maior eficiência das mulheres nas tarefas domésticas e uma divisão igualitária do tempo para afazeres domésticos levam a uma alocação de tempo maior no mercado de trabalho para os homens e nas atividades não remuneradas em casa para as mulheres. No entanto, críticas foram levantadas por alguns estudiosos em relação a esse modelo, argumentando que ele se concentra predominantemente nos resultados, sem considerar os processos que determinam o poder de barganha de cada membro dentro da família.

É necessário considerar que as decisões sobre a alocação de tarefas domésticas são influenciadas não apenas por fatores externos, mas também por princípios éticos, preconceitos sociais, percepções e políticas governamentais. Portanto, as escolhas individuais de tomada de

decisão devem ser analisadas dentro de um contexto social complexo que inclui normas culturais, regulamentações e políticas. Apesar da participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, a estrutura desigual da divisão sexual do trabalho ainda se mantém, o que resulta em diversas manifestações de desigualdade, como segregação ocupacional horizontal e vertical, sobrecarga de trabalho doméstico e desafios na conciliação entre produção e reprodução, conforme observado por Ávila e Ferreira (2020).

Importa ressaltar que os estudos empíricos que consideram os efeitos dos choques de renda sob a alocação do tempo por gênero nos domicílios ainda são incipientes e poucos discutem a situação atual. Bahçe e Memiş (2013) estimaram o impacto da crise econômica de 2008-2009 no tempo de trabalho remunerado e não remunerado na Turquia e relacionaram o risco de desemprego do cônjuge com os padrões de uso do tempo de mulheres e homens. Os resultados encontrados sugerem que o aumento de 1 ponto percentual no risco de desemprego do cônjuge aumenta o tempo total de trabalho das mulheres em 5%, enquanto o aumento correspondente para os homens é de apenas 0,7%.

De modo análogo, o estudo de Berik e Kongar (2015) analisou os efeitos da recessão econômica de 2007-2009 nos Estados Unidos sobre o tempo que mães e pais casados gastam em atividades de trabalho (remunerado e não remunerado) e não trabalho (lazer e cuidados pessoais). Os resultados encontrados apontam que durante a recessão, a disparidade de trabalho não remunerado entre mães e pais diminuiu, principalmente devido à redução das horas não remuneradas das mães, incluindo tarefas domésticas, compras e cuidado infantil. No entanto, essa tendência não se manteve na recuperação pós-recessão, visto que as horas de trabalho remunerado e carga horária total das mães aumentaram. Em contrapartida, aumentaram suas horas com cuidados pessoais e de lazer.

Por fim, o estudo conduzido por Addabbo, Modroño e Muñoz (2013) investigou os impactos específicos da Grande Recessão na Espanha no período de 2007 a 2011, concentrando-se na maneira como homens e mulheres tomam decisões em relação à sua participação no mercado de trabalho. Os autores examinaram duas hipóteses opostas: o efeito de um trabalhador adicional, que se manifesta como um comportamento anticíclico na oferta de trabalho, o que leva a um aumento na quantidade de trabalho individual em resposta a mudanças temporárias nos rendimentos do parceiro; e o efeito de um trabalhador desencorajado, que tem um padrão pró-cíclico. Os resultados destacaram evidências substanciais do efeito de trabalhador adicional, com uma relevância particularmente maior para as mulheres. Nesse sentido, a oferta de trabalho das mulheres aumentou em até 21% quando seus parceiros ficaram desempregados, em contraste com um aumento de apenas 0,7% para os

homens casados com parceiras desempregadas. Também foi identificado que a presença de um parceiro empregado em meio período aumentou em 27% a probabilidade de as mulheres participarem ativamente no mercado de trabalho, isso significa que elas eram mais propensas a trabalhar quando seus parceiros tinham empregos a tempo parcial.

O cerne deste estudo reside na análise da alocação do tempo em trabalhos remunerados e não remunerados por parte dos cônjuges em um domicílio na ocorrência de choques econômicos. Tal questão assume relevância sobretudo à luz da literatura existente, que como visto acima, já delineou a tendência de que o trabalho desempenhado pela mulher é percebido como secundário ou como uma complementação aos rendimentos familiares em situações de vulnerabilidade financeira do cônjuge. No entanto, no que diz respeito ao trabalho não remunerado, as mulheres permanecem com uma parcela desproporcional das responsabilidades domésticas e de cuidados. Essa dinâmica pode gerar consequências de largo alcance, como o potencial desequilíbrio nas oportunidades de desenvolvimento profissional e a limitação do tempo disponível para atividades de lazer e autocuidado.

Nessa perspectiva, estudos como o de Haushofer e Shapiro (2013), mostram que um choque positivo de renda não apenas eleva o bem-estar físico e emocional de todos os membros do domicílio, mas também pode empoderar as mulheres ao aumentar seu poder de barganha dentro do lar. Consoante Berniell, Machado e La Mata (2014), esse empoderamento altera a dinâmica familiar, ao possibilitar o aumento no número de divórcios e na proporção de mulheres chefes de família, além de uma redução na participação feminina nas tarefas domésticas. Desse modo, investigar essa problemática não apenas possibilita uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas de gênero em domicílios afetados por choques econômicos, mas também abre espaço para explorar o empoderamento das mulheres e suas implicações na estrutura familiar e na divisão de responsabilidades.

Para o caso brasileiro, tem-se o estudo de Branco e Féres (2021), que analisam os efeitos de choques pluviométricos (como choques negativos de renda) sobre a decisão de trabalho. Os resultados sugerem que famílias rurais com atividades agrícolas tendem a aumentar sua oferta de mão de obra em setores não agrícolas durante períodos de seca. Em especial, a ocorrência de um mês adicional de seca por ano se correlaciona com uma maior probabilidade de manter múltiplos empregos, uma menor parcela de empregos na agricultura e um aumento no tempo dedicado a um trabalho secundário não agrícola. Por conseguinte, essa pesquisa destaca como as famílias adaptam suas decisões de trabalho para atenuar as consequências de choques climáticos. No entanto, os autores não segregam esse impacto para homens e mulheres e não verificam a relação das horas trabalhadas, mas sim da oferta de trabalho e seus resultados dizem

respeito mais à alocação de empregos em outros setores do que necessariamente o trabalho doméstico. Logo, esta dissertação se diferencia ao traçar essas relações e avançar na construção do conhecimento acerca da alocação de horas trabalhadas por gênero e tipo de trabalho.

Os efeitos de choques de renda também têm sido investigados, no contexto brasileiro, em relação a outros indicadores de desigualdade de gênero. A exemplo disso, tem-se o estudo de Batista e Costa (2022) que analisa os efeitos dos choques de renda nas chances de os domicílios serem chefiados por mulheres e seus impactos na vulnerabilidade à pobreza nas regiões metropolitanas do Brasil. Para tanto, as autoras utilizaram a taxa de desemprego como um choque de renda e consideraram variações positivas e negativas na economia geral e nos setores que empregam principalmente homens e mulheres. Os resultados sugerem que choques de renda negativos diminuem a chefia de domicílios por mulheres, enquanto os positivos nem sempre aumentam essa chefia nas regiões metropolitanas brasileiras. Além disso, choques de renda negativos e positivos tornam os domicílios chefiados por mulheres mais propensos à pobreza.

Já o estudo proposto por Almeida, Costa e Bohn (2022) analisa o efeito de choque negativo dado pela entrada da China na Organização Mundial do Comércio, nos indicadores educacionais de homens e mulheres. Em suma, os resultados revelam que, na escola primária, o choque impactou negativamente a matrícula das meninas, mas melhorou o desempenho delas em Português e Matemática. Houve também um aumento geral na matrícula em cursos superiores, com exceção de cursos específicos onde as mulheres tiveram maior participação. Além disso, os efeitos do choque na qualidade da educação foram mais pronunciados para as meninas, especialmente no desempenho acadêmico.

Este mesmo choque foi analisado por Cristofani, Fava e Kuwahara (2023), tendo os efeitos no mercado de trabalho como foco. Ao utilizar medidas de formalização e disparidade salarial entre gêneros como indicadores, o estudo avaliou como a crescente participação da China no comércio internacional influenciou as condições de emprego das mulheres brasileiras. Os resultados revelaram que tanto o aumento das importações chinesas no Brasil quanto o aumento das exportações brasileiras para a China, sendo considerados choques negativos e positivos, respectivamente, afetam as condições de emprego formal das mulheres brasileiras. De fato, o estudo demonstrou que o choque chinês reduziu o número de mulheres formalmente empregadas em microrregiões brasileiras mais expostas, em comparação com as menos afetadas. No entanto, esse efeito não se mostrou consistente em todas as especificações. Além disso, os resultados indicaram que o choque da China culminou em melhorias salariais para as trabalhadoras em relação aos homens, com as mulheres se beneficiando principalmente do

aumento das importações, enquanto tanto homens quanto mulheres viram melhorias salariais devido ao aumento das exportações.

Portanto, apesar da falta de estudos sobre choques de renda e alocação de tempo entre trabalho remunerado e não remunerado para o Brasil e para períodos recentes, essas pesquisas demonstram como diferentes tipos de choques, sejam ambientais ou comerciais, podem induzir adaptações nas decisões laborais e na distribuição de trabalho, de modo a ratificar a importância de compreender esses fenômenos para melhor orientar políticas e intervenções. Assim, o presente estudo pretende contribuir para a literatura ao investigar os impactos causados por choques de renda no Brasil sobre a alocação do tempo entre trabalho remunerado e não remunerado dos cônjuges. Em outras palavras, este estudo busca investigar como condições desfavoráveis e favoráveis no mercado de trabalho influenciam a divisão de tempo entre atividades remuneradas, não remuneradas e totais. Além disso, pretende-se analisar se o aumento do empoderamento feminino, avaliado através de níveis mais elevados de educação, pode diminuir os impactos dos choques na distribuição de tempo entre os cônjuges.

1.3 Hipóteses

- a) Em resposta a choques de renda, espera-se que a alocação de tempo de trabalho nos domicílios brasileiros seja impactada e culmine em mudanças na distribuição das atividades remuneradas, não remuneradas e totais entre os cônjuges.
- b) É possível que um maior empoderamento feminino, caracterizado por níveis mais altos de educação, possa aumentar os efeitos positivos dos choques econômicos na distribuição de tempo entre os cônjuges.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar como os choques econômicos, desfavoráveis e favoráveis no mercado de trabalho, influenciam a distribuição de tempo de entre cônjuges nos domicílios brasileiros durante o período de 2016 a 2019.

1.4.1 Objetivos Específicos

- a) Investigar o impacto dos choques de renda na distribuição de tempo de trabalho entre cônjuges de sexos diferentes, ao observar as mudanças na alocação de atividades remuneradas, não remuneradas e totais entre eles.
- b) Verificar se o maior empoderamento feminino, medido por níveis mais altos de educação, é capaz reduzir os efeitos negativos dos choques econômicos na distribuição de tempo entre os cônjuges.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As desigualdades no contexto familiar são observadas, principalmente, na distribuição das horas destinadas ao trabalho doméstico, ao emprego formal e ao lazer. Ainda que se acredite na existência de acordos para realização dessas atividades entre os membros da família, não há consenso na literatura quanto aos fatores que determinam e influenciam tal negociação. Portanto, diversos modelos teóricos têm como propósito explicar o comportamento das famílias em relação às escolhas de alocação do tempo e consumo.

Como exposto por Passos e Machado (2022), durante muito tempo, o modelo neoclássico de oferta de trabalho foi alvo de questionamentos por desconsiderar o trabalho doméstico e suas implicações econômicas. Conforme o modelo, a maximização da função de utilidade, sujeita a uma restrição de recursos e de tempo, definiria como os indivíduos alocariam o tempo entre trabalho e lazer. Nesse contexto, o estudo proposto por Becker (1965) foi responsável por trazer uma abordagem inovadora ao acrescentar a este modelo a noção de tempo não laboral. Assim, o autor amplia o escopo do modelo neoclássico convencional de oferta de trabalho remunerado, que se concentra no equilíbrio entre a decisão de trabalho e lazer, para englobar também a esfera de produção doméstica.

Mais tarde, o estudo de Becker (1991) assumiu a família como um agente único tomador de decisões e, por isso, é considerado como o modelo unitário do comportamento familiar. Tal modelo presume que as decisões da família decorreriam de um processo de maximização de uma função de utilidade familiar, sujeita a uma restrição orçamentária agregada, sem levar em consideração as preferências individuais de cada membro. No entanto, essa abordagem recebeu diversas críticas, que segundo Vermeulen (2002) envolvem questões econômicas, metodológicas e de bem-estar. Em termos econômicos, falha ao considerar a família como agente representativo, em oposição à teoria microeconômica moderna. Na metodologia, erra ao ignorar o impacto da renda conjunta e rejeitar empiricamente a propriedade da matriz de

Slutsky. Por fim, no que tange ao bem-estar, o modelo é insuficiente ao abordar a família como agente unitário e por conseguinte, negligenciar o fato de que a distribuição interna dos recursos familiares pode impactar o bem-estar individual. As críticas direcionadas ao modelo incentivaram o surgimento de abordagens alternativas, como os modelos de barganha e o modelo coletivo, os quais têm como objetivo incorporar as preferências individuais para uma análise mais completa das decisões intrafamiliares.

Os modelos de barganha preservam a abordagem neoclássica de racionalidade e comportamento maximizador dos agentes econômicos presente no modelo unitário, porém incorporam elementos da teoria dos jogos em sua formulação, o que dá origem a duas vertentes: o modelo de barganha não-cooperativo e o modelo de barganha cooperativo. Em suma, de acordo com Lundberg e Pollak (1994), os modelos de barganha explicam a alocação de tempo com base na negociação e na posição ocupada pelos agentes dentro do domicílio. Nesse sentido, nos modelos cooperativos e não cooperativos, a alocação de recursos é determinada pela negociação entre os membros da família e os resultados dependem do poder de barganha de cada membro.

Já os modelos coletivos, de acordo com Bourguignon; Browning; Chiappori (1995), pressupõem que uma família é composta por dois indivíduos com preferências racionais e distintas, que interagem por meio de um processo exógeno não observável. Dentro dessas abordagens, as preferências familiares podem ser representadas como o resultado de uma função de bem-estar conjunta. Neste contexto, são atribuídos fatores de ponderação positivos aos indivíduos que demonstram a capacidade de cada um influenciar nas decisões intrafamiliares, o que é denominado como poder de barganha. Assim, quando um membro da família tem um maior peso na ponderação, suas preferências tendem a ter mais influência nas decisões familiares. Essas preferências podem estar sujeitas a alterações em resposta a variações nos preços, salários ou outras fontes de renda familiar, como, por exemplo, a perda de emprego ou o risco disso. Em outras palavras, significa dizer que, caso haja uma queda nos salários ou uma redução na renda familiar devido à perda de emprego de um dos cônjuges, isso pode impactar diretamente as preferências e decisões dentro da família. Essa mudança nas condições econômicas pode resultar em uma reavaliação das prioridades e alocações de recursos dentro do domicílio.

Dessa forma, é possível observar que o modelo coletivo traz inovações importantes. Em primeiro lugar, ele considera o indivíduo como a unidade fundamental de decisão. Em segundo lugar, reconhece que o poder de barganha dos indivíduos é afetado por fatores distributivos. Por fim, enfatiza que as decisões familiares devem ser eficientes de acordo com o critério de Pareto,

o que implica que não é possível tornar um membro da família melhor sem prejudicar outro (Passos; Machado, 2022). Isso destaca a importância de tentar equilibrar as decisões de forma a beneficiar os membros da família de maneira justa e conjunta. Ademais, cabe ressaltar que tal modelo não apenas reconhece a interligação entre as condições de mercado de trabalho e as decisões intrafamiliares, mas também oferece uma estrutura para quantificar e analisar como essas mudanças nas condições econômicas podem influenciar as preferências e as alocações de recursos dentro da família, o que é crucial para entender como estas respondem a eventos econômicos adversos.

Assim, observa-se que para os dois últimos modelos, o fator preponderante para a decisão de alocação do tempo no domicílio é o poder de barganha dos seus membros. Diferentes fatores podem afetar o poder de barganha de um cônjuge no domicílio. Segundo Cools e Kotsadam (2017), ter ganhos elevados devido a um maior tempo em trabalho no mercado, em detrimento das atividades domésticas e de lazer, não necessariamente confere maior poder de barganha. Por outro lado, quando os ganhos são altos devido a uma taxa salarial elevada, o poder de barganha aumenta. A mesma lógica se aplica à produção dentro do lar. Como proposto por Becker (1965), as famílias combinam seu tempo e recursos do mercado para produzir bens essenciais que contribuem de forma direta para sua satisfação. Dessa forma, os bens produzidos internamente na família podem ser equiparados aos ganhos financeiros, enquanto a eficiência de um cônjuge na produção doméstica pode ser comparada a uma taxa salarial.

Portanto, ter um cônjuge que contribui mais para a produção interna devido ao investimento de mais tempo nessas tarefas, em vez de no trabalho remunerado e lazer, não significa necessariamente um maior poder de barganha. No entanto, um cônjuge que é altamente eficiente na produção interna, independentemente da quantidade de tempo dedicada, terá mais poder de barganha no domicílio. Neste sentido, para Majlesi (2016), o poder de negociação de um cônjuge não está apenas relacionado ao quanto ganha, mas também à eficiência e produtividade em suas atividades, sejam elas no trabalho remunerado ou nas tarefas domésticas.

Ao contrário do que foi proposto por Cools e Kotsadam (2017), o estudo feito por Heat e Jayachandran (2016) indica que o cônjuge capaz de oferecer um maior número de horas ao mercado de trabalho, e, por conseguinte, obter um maior rendimento, tende a ter um maior poder de barganha dentro do domicílio. Nesse cenário, de acordo com Batista e Costa (2022), ao levar em conta que, em geral, no Brasil, as mulheres destinam um maior número de horas para os afazeres domésticos em comparação aos homens, e um menor número de horas para o trabalho produtivo em comparação a eles, isso sugere que a população feminina pode ter uma

voz menos ativa dentro do domicílio. Portanto, os choques podem afetar de maneiras diferentes as decisões entre os cônjuges no contexto intrafamiliar.

Desse modo, a abordagem de gênero na economia apresenta que fatores não observáveis, como os papéis de gênero, podem interferir no poder de barganha dentro do domicílio. Isso, pois, esses papéis ainda influenciam nas decisões intra-domiciliares e restringem as mulheres a funções no lar ou a um número limitado de ocupações no mercado de trabalho, muitas vezes ligadas às atividades de cuidado, como já exercido no âmbito doméstico, o que contribui também para a disparidade salarial entre os gêneros (Blau; Lawrence, 2017; Borrowman; Klasen, 2020).

Se não houvessem essas questões de gênero e a carga horária de trabalho no lar fosse igualmente dividida, seria razoável esperar, conforme Bahçe e Memiş (2013), que o cônjuge desempregado reduziria a carga de trabalho não remunerado do outro cônjuge. No entanto, se as horas de trabalho não remunerado não forem distribuídas de forma equitativa, haverá uma carga de trabalho adicional para o cônjuge que aumentar a participação no mercado de trabalho para complementar a renda domiciliar. Sendo assim, no Brasil, é plausível esperar uma sobrecarga de trabalho para as mulheres em caso de choque negativo de renda, uma vez que não vemos uma divisão equitativa das responsabilidades domésticas, mas sim uma concentração dessas tarefas nas mulheres.

Nesse sentido, o estudo proposto por Dong (2017) objetivou analisar se a crise financeira asiática teve impactos distintos sobre homens e mulheres na Indonésia. Para tanto, o autor estimou o efeito do choque no consumo distrital durante a crise nas mudanças das condições de emprego e nos ativos de homens e mulheres. Os resultados sugeriram que o poder de barganha no âmbito das famílias pode influenciar os impactos das crises de forma distinta em homens e mulheres. Em específico, mulheres que detinham o poder exclusivo de tomar decisões sobre emprego antes da crise parecem não necessitar aumentar sua busca por emprego tanto quanto uma resposta à redução no consumo distrital, em comparação com aquelas que não possuíam tal autoridade em relação ao emprego antes da crise. Isso sugere que o poder de barganha individual dentro das famílias pode desempenhar um papel significativo na maneira como os efeitos econômicos adversos são enfrentados e mitigados em diferentes contextos doméstico.

Medeiros, Osório e Costa (2010) observaram as diferenças de gênero na alocação de tempo na Bolívia. Os resultados mostraram que a desigualdade de gênero é responsável por determinar a distribuição qualitativa e quantitativa do trabalho doméstico. Os autores verificaram que as mulheres realizam mais trabalho doméstico e que não há substituição

perfeita entre trabalho produtivo e intra-domiciliar. No Brasil, Medeiros e Pinheiro (2018) analisaram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2013 para avaliar a desigualdade de gênero no uso do tempo. Os resultados da pesquisa indicam que aproximadamente metade das mulheres e metade dos homens não precisam lidar com a sobrecarga de acumular duas jornadas de trabalho. No entanto, entre aqueles que enfrentam essa situação, a média da duração da dupla jornada de trabalho tende a ser significativamente maior para as mulheres.

Em suma, os estudos supracitados evidenciam que a participação das mulheres no mercado de trabalho está relacionada de forma intrínseca às dinâmicas familiares e ao seu poder de barganha, que por conseguinte, influencia a oferta de trabalho e a dedicação de horas às atividades domésticas e remuneradas. Dessa forma, os modelos aqui apresentados são importantes para compreender a distribuição de tempo de cada gênero, tema que será abordado ao longo do presente trabalho e relacionado com os choques de renda. Por fim, aprofundar a compreensão por meio desses modelos não apenas facilita compreender as complexidades das escolhas de alocação de tempo, mas também orienta a formulação de estratégias direcionadas à criação de um ambiente mais igualitário para homens e mulheres em relação ao trabalho e aos afazeres domésticos.

3 METODOLOGIA

3.1 Modelo analítico

Para identificar o efeito de variações exógenas na renda domiciliar sobre a alocação de tempo dedicado ao trabalho remunerado, não remunerado e total pelos cônjuges, utiliza-se como estratégia de identificação as variações na taxa de desemprego³ nas regiões metropolitanas como indicador de choque de renda. A escolha do desemprego agregado em detrimento do desemprego individual se baseia na intenção de capturar não apenas a situação individual do desemprego, mas também o risco global de desemprego enfrentado por qualquer membro da família em um contexto econômico adverso. Isso possibilita avaliar como situações desfavoráveis e favoráveis no mercado de trabalho local afetam a alocação de tempo entre trabalho remunerado e não remunerado pelos cônjuges em domicílios nessas regiões metropolitanas.

³ De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) a taxa de desemprego é calculada a partir do número de desocupados e do tamanho da população economicamente ativa de uma determinada região ou país.

Segundo Corbacho, Garcia-Escribano e Inchauste (2007), o mercado de trabalho assume um papel central na transmissão de choques macroeconômicos às famílias, portanto, tal taxa se configura como métrica adequada para a análise e permite a identificação de um efeito causal entre as variáveis de interesse⁴. Conforme Duryea (1998), a exogeneidade do desemprego está associada à sua natureza como uma modificação na renda que não pode ser prevista pelos indivíduos. Enquanto as mudanças na renda do indivíduo são influenciadas pela renda do trabalho, isto é, um fator endógeno à oferta de trabalho do próprio indivíduo, a taxa de desemprego reflete indicadores agregados da economia. Dessa forma, a abordagem empírica adotada nesta pesquisa segue a metodologia proposta por Batista e Costa (2022), que consideram como choque de renda a taxa de desemprego das regiões metropolitanas brasileiras⁵.

A escolha por regiões metropolitanas é justificada pela menor desagregação possível dos dados utilizados que permite aproximar das características do mercado de trabalho local. Assim, a estratégia empírica adotada possibilita compreender como a distribuição do tempo de trabalho (remunerado e não remunerado) pelos cônjuges, nessas regiões, é influenciada por situações desfavoráveis e favoráveis no mercado de trabalho local. Além disso, Batista e Costa (2022) ressaltam que a taxa de desemprego em cada região metropolitana e ao longo do tempo exhibe padrões distintos, o que evidencia as características específicas de cada localidade e tempo.

Para eliminar possíveis efeitos confundidores do choque de renda sobre a decisão dos cônjuges no tempo de trabalho remunerado, não remunerado e total, e assegurar a exogeneidade do choque, este estudo se vale da suposição de independência condicional, ao controlar por variáveis observáveis dos indivíduos e da família e por *dummies* de coorte de nascimento do responsável familiar a fim de controlar diferenças entre indivíduos que nasceram em períodos distintos. Além disso, será adicionado ao modelo o efeito fixo de região metropolitana (*dummies* de localidade) e o efeito fixo de ano (*dummies* de ano), além de interação entre efeito fixo de ano e de localidade, que irão permitir capturar, respectivamente, tudo o que é comum aos indivíduos de uma mesma localidade e em um mesmo período de tempo.

⁴ A exogeneidade dessa variável também é comprovada por James-Burdumy (2005), Baum (2003), Hoynes (2000) uma vez que utilizam as condições de mercado de trabalho, medida pela taxa de desemprego, como variável instrumental, justificando que essa variável é externa ao indivíduo. Outra possível fonte de endogeneidade da variável de interesse poderia ser a simultaneidade existente entre ela e as variáveis de alocação do tempo dos cônjuges. Essa possível fonte de viés foi testada e seus resultados são apresentados na subseção de análise econométrica.

⁵ Sendo elas, Manaus, Belém, Macapá, Grande São Luís, Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia.

Assim, a equação estimada, cujo o objetivo é verificar se choques exógenos de renda afetam a alocação de tempo de trabalho remunerado, não remunerado e total será a seguinte:

$$\begin{aligned}
 y_{it}^j = & \rho + \gamma \text{choque_positivo}_{st} + \delta_{st} \text{choque_negativo}_{st} + X'_{i,t} \sigma \\
 & + V'_{i,t} \beta + \phi \text{DummyAno}_t + \psi \text{DummyLocal}_s \\
 & + \theta \text{DummyAno} \times \text{DummyLocal} + \varepsilon_{ji}
 \end{aligned} \tag{1}$$

onde y_{it}^j representa um índice, denominado D, que corresponde às diferenças nas proporções de horas trabalhadas por cada cônjuge, em relação ao total de horas trabalhadas por ambos, nas j atividades ($j=1, 2$ e 3): 1) horas em trabalho remunerado, 2) horas em trabalho não remunerado⁶ e 3) horas total de trabalho. Sua representação é definida da seguinte maneira:

$$D_j = \left| \frac{m_j - h_j}{m_j + h_j} \right|$$

Onde m_j representa as horas dedicadas ao trabalho em cada atividade j (doméstico, remunerado ou total) pela mulher, em horas semanais, e h_j corresponde as horas dedicadas ao trabalho j pelo cônjuge masculino, em horas semanais. Portanto, o índice D indica a discrepância entre a proporção de horas dedicadas ao trabalho por homens e mulheres, variando de 0 a 1. Em outras palavras, significa dizer que, quanto mais perto de 1 mais desigual é a divisão de horas pelos cônjuges na atividade analisada e quanto mais perto de zero mais igualitária é essa divisão. Dessa forma, é possível observar se os choques levam a uma divisão mais igualitária entre os cônjuges, caso o efeito seja negativo, ou se leva a uma divisão menos igualitária, caso o efeito dos choques seja positivo⁷. Vale ressaltar que todas as variáveis utilizadas, incluindo o índice D_j (representado por y_{it}^j) estão a nível de domicílio. No entanto, elas são desagregadas entre os cônjuges, o que permite obter informações separadas para o marido e para a mulher. Apesar dessa desagregação, as informações individuais de cada cônjuge contribuem para a análise do domicílio como um todo.

⁶ As pesquisas sobre uso do tempo geralmente dependem de autorrelatos, suscetíveis a erros devido a normas de gênero. Mulheres tendem a subestimar tarefas domésticas, homens a superestimá-las, refletindo concepções tradicionais de gênero. Esse fenômeno é discutido por Santos, Bohn e Almeida (2020).

⁷ A título de exemplo, em uma situação em que a esposa trabalha 10 horas e o marido 12 horas por semana, a diferença será calculada como: $D = \left| \frac{10}{10+12} - \frac{12}{10+12} \right| = |0,45 - 0,55| = |0,09|$

A variável $choque_negativo_{st}$ refere-se a uma *dummy* que assume valor igual a 1, caso a média de desemprego da região metropolitana s no ano t apresentar um desvio acima da média analisada, o que caracterizará um choque negativo, pois um aumento no desemprego indica uma piora nas condições econômicas, e 0 caso contrário. Já a variável $choque_positivo_{st}$ diz respeito a uma *dummy* que assume valor 1, caso a média de desemprego da região metropolitana s no ano t apresentar um desvio abaixo da média, o que caracteriza o choque positivo, ou seja, reduz o desemprego, e 0, caso contrário.

No vetor $X'_{i,t}$ estão inclusas as seguintes variáveis de controle que variam por domicílio i e ano t : idade, raça e anos de educação para ambos os cônjuges, além da existência filhos e condição censitária do domicílio. O vetor de variáveis $V'_{i,t}$ são as *dummies* de coorte de nascimento da pessoa de referência, enquanto as outras variáveis são os efeitos fixos. Por fim, o termo ε_{it} representa a parte da variação em y que não pode ser explicada pelas outras variáveis, ou seja, o erro. Os erros padrões serão clusterizados em nível de regiões metropolitanas, o que permite controlar potenciais correlações no espaço (entre regiões metropolitanas). A equação será estimada por meio do método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e o resumo das variáveis explicativas utilizadas está apresentado no Quadro 1, abaixo:

Quadro 1 – Variáveis explicativas utilizadas no modelo econométrico

| Variável | Descrição |
|-------------------|--|
| Choque Positivo | Será igual a 1 se a taxa de desemprego da região metropolitana i no ano t for menor ou igual a média da taxa de desemprego todas as regiões metropolitanas no período 2016-2019 menos um desvio padrão |
| Choque Negativo | Será igual a 1 se a taxa de desemprego da região metropolitana i no ano t for maior ou igual a média da taxa de desemprego de todas as regiões metropolitanas no período 2016-2019 mais um desvio padrão |
| Idade | Idade do homem, em anos Idade da mulher, em anos |
| Raça | Raça do homem: assume valor igual a 1 se é não branco e 0, caso contrário Raça da mulher: assume valor igual a 1 se é não branca e 0, caso contrário |
| Anos de educação | Número de anos de estudo do homem Número de anos de estudo da mulher |
| Filhos | Assume valor igual a 1 se o casal tem filhos e 0, caso contrário |
| Região Censitária | Assume valor igual a 1 se residem em área urbana e 0, caso contrário |

Fonte: elaboração própria.

Além disso, pretende-se verificar se o maior empoderamento feminino, que será medido pela escolaridade, é capaz de suavizar os efeitos dos choques sobre a alocação de tempo entre os cônjuges. Para isso, foi interagida uma *dummy* de nível educacional da mulher (12 anos de estudo ou mais) com as variáveis de choque de renda.

Por fim, é importante ressaltar que no presente trabalho, foi utilizada a variável V4039 para registrar as horas trabalhadas no emprego principal. No entanto, devido à possibilidade de indivíduos procurarem empregos secundários em resposta a choques renda, foi conduzido um teste de robustez. Tal teste envolveu a agregação de outras duas variáveis (V4056 e V4062), usadas para capturar as horas dedicadas ao trabalho secundário e outras formas de ocupação. Os resultados são apresentados na subseção Teste de Robustez.

3.2 Fonte de dados

Os dados deste estudo são da PNAD Contínua de 2016 a 2019. Esse período foi escolhido devido à limitação da base, que só registra as horas de serviço doméstico na quinta visita, ausente na PNAD Anual. Anteriormente, a PNAD Anual incluía essa questão, mas a compatibilização com a PNAD Contínua tornou-se desafiadora devido às mudanças na coleta de dados⁸.

Outro aspecto crucial para a escolha desse intervalo é evitar a inclusão do período da pandemia de COVID-19, que começou a afetar o Brasil significativamente em 2020. A inclusão desse período poderia introduzir variáveis e dinâmicas distintas, além de interferir nos resultados e distorcer a análise das relações entre a taxa de desemprego e a alocação de tempo entre os cônjuges, uma vez que a pandemia trouxe modificações no emprego, como adesão ao trabalho remoto, que afetaram diretamente a alocação de horas trabalhadas entre os cônjuges. Ou seja, apenas a inclusão de efeito fixo de ano não seria capaz de eliminar esses efeitos da pandemia que atingiram diretamente a variável explicada deste estudo. A amostra analisada compreende domicílios localizados nas 20 regiões metropolitanas do Brasil e a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (PI).

Para os objetivos da pesquisa, o enfoque foi direcionado aos indivíduos que estão em um relacionamento conjugal heterossexual e que se encontram em idade produtiva, o que

⁸ Conforme nota técnica do IBGE, “é importante ressaltar que as diferenças metodológicas existentes entre as pesquisas inviabilizam o processo de comparações entre elas” (IBGE, 2015, pp. 2). As principais diferenças entre as PNADs estão no tipo de amostragem, na periodicidade de coleta dos dados e nas definições de alguns indicadores utilizados no presente trabalho (como é o caso da definição de pessoa ocupada).

abrange mulheres entre 15 e 60 anos, e homens entre 15 e 65 anos. Essa delimitação de faixa etária segue os critérios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para ser considerado economicamente ativo, que é a idade mínima de 15 anos.

Além disso, foram consideradas as idades mínimas para aposentadoria, conforme definidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que são de 60 anos para mulheres e 65 anos para homens. Essa restrição é de extrema importância, uma vez que o principal objetivo deste estudo é avaliar como os choques de renda afetam os domicílios por meio de situações desfavoráveis e favoráveis no mercado de trabalho. Portanto, foram incluídos apenas indivíduos que estão aptos a participar do mercado de trabalho e, conseqüentemente, podem ser impactados por condições adversas que afetem sua oferta de trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Estatística Descritiva

Nesta seção, são apresentados os resultados descritivos provenientes da pesquisa conduzida, com o intuito de estabelecer uma conexão com os resultados econométricos a serem apresentados posteriormente e descrever a base de dados. Por meio da análise descritiva, buscou-se fornecer uma compreensão abrangente dos dados coletados, explorando tendências, padrões e características relevantes do conjunto de informações.

A amostra resultou em 87.368 domicílios. A tabela 1 descreve a base de dados trazendo as características do domicílio separando por sexo da pessoa de referência e por ano analisado.

Tabela 1 – Características das pessoas de referência do domicílio no período 2016-2019, por sexo, em %

| | 2016 | | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|------------------------------|-------|--------|-------|--------|-------|--------|-------|--------|
| | Homem | Mulher | Homem | Mulher | Homem | Mulher | Homem | Mulher |
| <i>Região</i> | | | | | | | | |
| Norte | 0,06 | 0,08 | 0,06 | 0,07 | 0,06 | 0,07 | 0,06 | 0,07 |
| Nordeste | 0,22 | 0,27 | 0,22 | 0,27 | 0,22 | 0,25 | 0,23 | 0,23 |
| Sudeste | 0,55 | 0,49 | 0,55 | 0,50 | 0,55 | 0,51 | 0,55 | 0,53 |
| Sul | 0,13 | 0,11 | 0,13 | 0,11 | 0,12 | 0,12 | 0,11 | 0,13 |
| Centro-Oeste | 0,04 | 0,05 | 0,04 | 0,05 | 0,05 | 0,05 | 0,05 | 0,04 |
| <i>Condição do domicílio</i> | | | | | | | | |
| Urbano | 0,97 | 0,97 | 0,96 | 0,97 | 0,97 | 0,97 | 0,97 | 0,97 |
| Rural | 0,03 | 0,03 | 0,04 | 0,03 | 0,03 | 0,03 | 0,03 | 0,03 |
| <i>Raça</i> | | | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|------------------|--------|-------|--------|-------|--------|-------|--------|-------|
| Branços | 0,44 | 0,40 | 0,44 | 0,40 | 0,42 | 0,39 | 0,43 | 0,42 |
| Não Brancos | 0,56 | 0,60 | 0,56 | 0,60 | 0,58 | 0,61 | 0,57 | 0,58 |
| <i>Instrução</i> | | | | | | | | |
| Sem Instrução | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Fundamental | 0,35 | 0,34 | 0,33 | 0,31 | 0,31 | 0,30 | 0,30 | 0,27 |
| Médio | 0,43 | 0,43 | 0,41 | 0,44 | 0,43 | 0,44 | 0,43 | 0,45 |
| Superior | 0,22 | 0,23 | 0,26 | 0,25 | 0,26 | 0,26 | 0,27 | 0,28 |
| Idade | 42,40 | 38,94 | 42,67 | 39,31 | 42,54 | 39,52 | 42,80 | 39,33 |
| <i>Trabalho</i> | | | | | | | | |
| Remunerado | 35,90 | 20,48 | 35,32 | 21,10 | 35,55 | 21,26 | 35,73 | 21,46 |
| Doméstico | 9,74 | 22,62 | 10,03 | 23,01 | 10,50 | 23,77 | 10,79 | 24,17 |
| Observações | 22.477 | | 22.364 | | 21.490 | | 21.037 | |
| | 0,76 | 0,24 | 0,70 | 0,30 | 0,67 | 0,33 | 0,64 | 0,36 |

Fonte: elaboração própria.

Observa-se que a região Sudeste, a mais densamente povoada, representa cerca de 50% da população, seguida pela região Nordeste, com aproximadamente 24%. As regiões Sul, Norte e Centro-Oeste ocupam a terceira, quarta e quinta posição, respectivamente, em termos de número de domicílios.

Com relação à condição do domicílio, a grande maioria reside em áreas urbanas, com proporções consistentemente altas ao longo dos anos observados. Já a raça do responsável pelo domicílio, que foi dividida em brancos e não brancos, apresentou pequenas mudanças entre os anos, mas permaneceu relativamente estável, com domicílios chefiados por não brancos sendo maioria em todos os anos observados. No que se refere à idade dos indivíduos, tem-se que as idades de homens e mulheres responsáveis também se mantiveram constantes ao longo do período analisado.

A educação da pessoa de referência do domicílio revela resultados significativos. Enquanto a maioria possui ensino médio completo (43,25% em média), seguido por aqueles com ensino fundamental (31,38%) e superior (25,38%), nota-se uma mudança notável ao longo do período de estudo. Entre os anos de 2016 e 2019, a proporção de chefes de família com ensino superior aumentou cinco pontos percentuais, tanto para homens quanto para mulheres, enquanto a proporção com ensino fundamental diminuiu em cinco pontos percentuais para homens e sete pontos percentuais para mulheres, indicando uma tendência de maior instrução entre as chefias de domicílio femininas. No entanto, cabe destacar que, os responsáveis pelo domicílio com mais escolaridade (mestrado e doutorado) são homens.

As variáveis que captam o tempo dispendido em trabalhos domésticos e remunerados revelam que, em relação ao trabalho remunerado, o número de horas dedicadas aumentou para as mulheres que são a pessoa de referência do domicílio, enquanto se manteve relativamente estável para os homens na mesma situação. Por outro lado, o tempo gasto com afazeres domésticos cresceu para ambos os sexos. Essa dinâmica sugere que, apesar das mulheres estarem se inserindo mais no mercado de trabalho, ainda enfrentam uma sobrecarga de responsabilidades, já que, além de aumentarem suas horas de trabalho remunerado, também estão dedicando mais tempo aos afazeres domésticos. Isso indica uma persistência de padrões de gênero, onde as mulheres acumulam funções de trabalho remunerado e doméstico, enquanto os homens mantêm sua carga horária de trabalho remunerado, evidenciando a necessidade de uma reavaliação na distribuição das tarefas domésticas entre os cônjuges.

Tabela 2 – Índice de alocação do tempo dos cônjuges no período 2016-2019⁹

| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|-------------------------------|--------|--------|--------|--------|
| Índice de trabalho remunerado | 0,6194 | 0,6026 | 0,6009 | 0,6014 |
| Índice de afazeres domésticos | 0,4317 | 0,4219 | 0,4144 | 0,4098 |
| Índice trabalho total | 0,2718 | 0,2651 | 0,2527 | 0,2521 |

Fonte: elaboração própria.

Com relação aos índices de alocação do tempo dos cônjuges (Tabela 2), observa-se que o mais desigual (mais perto de 1) é o de trabalho remunerado, em todos os anos analisados, enquanto o mais igualitário (mais perto de 0) é o de horas trabalhadas total, também em todos os anos. Em outras palavras, mesmo que, em média, um dos cônjuges se especialize em trabalho remunerado, resultando em uma desigualdade média da ordem de 60%, quando se considerada a alocação de todas as atividades (remuneradas e não remuneradas) há uma desigualdade pequena, no valor de 26%, em média. Isso significa que, apesar de uma disparidade significativa nas horas dedicadas ao trabalho remunerado, a divisão do tempo entre as atividades totais é mais equilibrada, indicando uma colaboração nas tarefas não remuneradas que suaviza a desigualdade.

Vale apontar também que as desigualdades em todos os índices tem diminuído ao longo do tempo, mas ainda persistem. Essa continuidade nas desigualdades pode ser atribuída a fatores culturais e estruturais que ainda influenciam a divisão de trabalho dentro do lar, como a

⁹ O índice varia de 0 a 1, onde valores próximos a 1 indicam maior desigualdade na alocação de horas, enquanto valores próximos a 0 refletem uma divisão mais igualitária.

perpetuação de papéis de gênero tradicionais e a falta de políticas públicas que incentivem uma maior equidade na distribuição das responsabilidades domésticas e profissionais entre os cônjuges.

Especificamente com relação às estatísticas referentes às horas trabalhadas dos cônjuges, foram calculados testes t-Student para amostras independentes, para que fosse possível verificar se as médias de horas dedicadas aos afazeres domésticos, trabalho remunerado e trabalho total foram estatisticamente diferentes entre os cônjuges. Os resultados estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Médias de horas trabalhadas dos cônjuges para o período 2016-2019

| Tipo de Trabalho | Média mulher | Média homem | Diferença | T |
|-------------------------|---------------------|--------------------|------------------|----------|
| 2016 | | | | |
| Remunerado | 19,74 | 34,62 | -14,88 | -85,44** |
| Doméstico | 22,00 | 9,30 | 12,70 | 126,57** |
| Total | 41,75 | 43,93 | -2,18 | 13,00** |
| 2017 | | | | |
| Remunerado | 19,95 | 33,87 | -13,92 | -79,50** |
| Doméstico | 22,44 | 9,96 | 12,48 | 123,85** |
| Total | 42,40 | 43,82 | -1,43 | 8,62** |
| 2018 | | | | |
| Remunerado | 20,19 | 34,04 | -13,85 | -77,65** |
| Doméstico | 10,60 | 23,42 | 12,82 | 119,99** |
| Total | 43,61 | 44,64 | -1,03 | -6,09** |
| 2019 | | | | |
| Remunerado | 20,66 | 34,51 | -13,85 | -77,34** |
| Doméstico | 23,26 | 10,47 | 12,79 | 118,37 |
| Total | 43,92 | 44,98 | -1,06 | -6,27 |

Nota: **: estatisticamente significativo a 5%.

Fonte: elaboração própria.

Os resultados da análise comparativa entre homens e mulheres quanto ao tempo dedicado a diferentes tipos de trabalho revelaram diferenças estatisticamente significativas em todos os contextos de trabalho ($p > 0,05$). Em suma, os dados sugerem que, ao longo dos anos de 2016 a 2019, houve diferenças significativas nas médias de horas trabalhadas entre homens e mulheres em diversas atividades. As mulheres, na maioria das vezes — com exceção para o ano de 2019, quando a diferença nas horas dedicadas aos afazeres domésticos foi menor —

dedicaram mais horas a essas atividades em comparação aos homens, enquanto os homens dedicaram mais horas ao trabalho remunerado.

Uma possível explicação para essa diferença em 2019 pode ser a mudança nas dinâmicas familiares ou sociais, como um aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho ou uma maior conscientização sobre a divisão de responsabilidades domésticas. Além disso, fatores externos, como crises econômicas ou mudanças nas políticas de trabalho, podem ter influenciado a necessidade de ajustes nas alocações de tempo entre os cônjuges.

No que se referem aos choques de renda, positivos e negativos, tem-se os resultados da Tabela 4. Nela estão apresentados o percentual de famílias que foram afetadas pelos choques no período compreendido entre 2016 e 2019.

Tabela 4 - Domicílios afetados por choques positivos e negativos no período 2016-2019

| Choque | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Positivo | 48,40% | 6,09% | 2,4% | 31,29% |
| Negativo | 13,41% | 20,27% | 19,00% | 8,69% |

Fonte: elaboração própria

O ano de 2016 registrou a maior porcentagem de famílias com choques positivos de renda durante o período analisado, um dado que merece cautela devido ao contexto da crise econômica que se iniciou neste mesmo ano. Segundo dados da série histórica de desemprego do IBGE (2024), o primeiro trimestre de 2016 apresentou uma taxa de desemprego de 11,1%, que só voltou a se repetir no último trimestre de 2019. Isso sugere que, embora o ano de 2016 estivesse no início da crise, ainda mantinha uma taxa de desemprego relativamente baixa. Contudo, ao longo dos anos subsequentes, essa taxa aumentou gradualmente, atingindo seu pico no último trimestre de 2019, com 12,8%. Esse aumento é refletido nos 'choques negativos', que se intensificam de 2016 para 2017. Essas variações significativas nas tendências de desemprego entre os domicílios e ao longo dos anos, justifica a relevância do uso dessa taxa como indicador de choque de renda.

4.2 Análise Econométrica

Esta subseção apresenta os resultados econométricos encontrados por meio da estimação do modelo para o período compreendido entre 2016-2019. Primeiramente, se faz importante verificar empiricamente uma das possíveis fontes de endogeneidade da variável de

interesse (choque de renda). Pode-se esperar que haja um efeito da alocação do tempo dos cônjuges sobre a taxa de desemprego, o que geraria uma simultaneidade entre as variáveis de interesse do modelo. Para isso, foram estimados dois modelos seguindo a especificação da equação (1), mas colocando como variável dependente a taxa de desemprego e como independente as três variáveis referente a alocação do tempo dos cônjuges, os resultados estão no Apêndice 1. Verifica-se que nenhuma das três variáveis (índice de alocação do tempo em trabalho remunerado, não remunerado e total) foram significativas, validando a exogeneidade da variável.

Posto isso, são apresentados os resultados dos modelos para os choques exógenos de renda na Tabela 5. Observa-se que o choque positivo tem um efeito negativo sobre o índice de trabalho remunerado e sobre o índice de trabalho doméstico. Como os índices são construídos pela diferença entre as horas dedicadas ao trabalho na atividade *j* por homens e mulheres, dividida pelo total de horas trabalhadas na atividade *j* por ambos, uma redução nesse índice indica que seu valor está mais próximo de zero, ou seja, os resultados apontam que um choque positivo de renda diminui as disparidades de tempo dedicado ao trabalho doméstico e remunerado dos cônjuges. Essa redução pode ser atribuída a dois fatores: ou o cônjuge mais especializado naquele tipo de trabalho reduz suas horas, ou o menos especializado aumenta as suas. Por outro lado, os resultados do trabalho total apresentaram um sinal positivo, o que sugere que, no geral, o choque positivo de renda ampliou a diferença na divisão de tarefas.

Tabela 5 – Efeitos de choques de renda sobre a alocação do tempo entre os cônjuges, considerando trabalho remunerado, doméstico e total (2016 a 2019)

| Variáveis | Remunerado | Doméstico | Total |
|-----------------------|----------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| Choque positivo | -0,0043*** (0,0003) | -0,0399*** (0,0003) | 0,0059*** (0,0001) |
| Choque negativo | 0,0356*** (0,0025) | -0,109*** (0,0028) | -0,0922*** (0,0016) |
| Idade homem | 0,0002 ^{NS} (0,0006) | 0,000292 ^{NS} (0,0003) | 0,0011*** (0,0002) |
| Idade mulher | -0,0029*** (0,0003) | 0,0021*** (0,0004) | 0,0003 ^{NS} (0,0002) |
| Homem não branco | -0,0196*** (0,0060) | -0,0167*** (0,0039) | -0,0061 ^{NS} (0,0038) |
| Mulher não branca | 0,0019 ^{NS} (0,0052) | 0,0234*** (0,0046) | 0,0157*** (0,0029) |
| Escolaridade do homem | 0,0069*** | -0,0038*** | -0,0042*** |

| | | | |
|---|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| | (0,0008) | (0,0008) | (0,0006) |
| Escolaridade da mulher | -0,0092*** | -0,0120*** | -0,0062*** |
| | (0,0006) | (0,0007) | (0,0006) |
| Filhos | 0,0512*** | 0,0538*** | -0,0039 ^{NS} |
| | (0,0032) | (0,0049) | (0,0023) |
| Urbano | -0,0190 ^{NS} | 0,0045 ^{NS} | -0,0181* |
| | (0,0118) | (0,0112) | (0,0093) |
| Constante | 0,804*** | 0,480*** | 0,416*** |
| | (0,0242) | (0,0205) | (0,0148) |
| Efeito fixo de ano de nascimento do chefe | Sim | Sim | Sim |
| Efeito fixo de ano | Sim | Sim | Sim |
| Efeito fixo de região metropolitana | Sim | Sim | Sim |
| Efeito fixo de ano*região metropolitana | Sim | Sim | Sim |

Nota: (1) Desvio padrão entre parênteses. (2) Os dados com ***: significativo a 10%; **: significativo a 5%; *: significativo a 1%; ^{NS}: não significativo.

Fonte: elaboração própria.

Segundo Madalozzo, Martins e Shiratori (2008), o cônjuge capaz de oferecer um maior número de horas no mercado de trabalho, e, por conseguinte, obter um maior rendimento, tende a ter um maior poder de barganha dentro do domicílio. Como o choque positivo leva a uma maior igualdade da alocação de trabalho remunerado, isso pode estar gerando maior igualdade de poder de barganha entre os cônjuges o que reflete também na maior igualdade em termos de afazeres domésticos. Isso pois, segundo Foster e Stratton (2017), quando há um efeito positivo no mercado de trabalho, como uma promoção, o parceiro que obtém mais poder econômico pode exercer sua influência para redistribuir as responsabilidades domésticas. Dessa forma, a literatura sugere que efeitos positivos na renda familiar podem aumentar o poder de barganha intradomiciliar da mulher, o que lhes permite reduzir o tempo dedicado ao trabalho doméstico, enquanto seus parceiros aumentam (Berniell; De la Mata; Machado, 2020).

Além disso, outra possível explicação para a redução da desigualdade do trabalho doméstico entre os cônjuges, reside na terceirização dessas responsabilidades. Com um aumento na renda, os casais podem contratar serviços domésticos, como faxineiras, babás, bem como as refeições podem ser compradas em restaurantes, por exemplo. Por conseguinte, a discrepância nas horas dedicadas ao trabalho doméstico é reduzida. (Foster; Stratton, 2017; Pojman, 2023). Dessa forma, como em média no Brasil as mulheres dedicam mais horas ao trabalho não remunerado em comparação com os homens, o efeito negativo da condição favorável no mercado de trabalho (choque positivo de renda) nas desigualdades de horas

trabalhadas em atividades domésticas, pode ser explicado tanto pelo efeito do poder de barganha quanto pelo efeito da terceirização dos serviços domésticos.

Como o efeito da redução das desigualdades, dado o choque positivo, é mais intenso para as atividades não remuneradas do que remuneradas, sendo a primeira mais intensiva para as mulheres e a segunda para os homens, no geral (trabalho total) houve um aumento das desigualdades com sobrecarga para os homens, na ordem de 0,59 pontos percentuais. Neste caso, pode-se pensar que o efeito terceirização está sobressaindo, provavelmente devido a uma redução das horas trabalhadas das mulheres em atividades domésticas, sem a contrapartida de aumento do homem.

Em relação ao choque negativo, ou seja, condição desfavorável no mercado de trabalho, os resultados apontam para um aumento na disparidade das horas dedicadas ao trabalho remunerado, uma redução na desigualdade nas horas entre os cônjuges em atividades domésticas e no trabalho total, o que indica que a variação observada no trabalho doméstico mais do que compensou a variação positiva no trabalho remunerado. Esse resultado está de acordo com as descobertas de Berik e Kongar (2015), que analisaram o efeito da recessão econômica de 2007-2009 nos Estados Unidos sobre o tempo que mães e pais casados dedicam a atividades de trabalho remunerado e não remunerado e atividades não relacionadas ao trabalho, como lazer e cuidados pessoais. Os resultados indicam que durante a recessão, a disparidade no trabalho não remunerado entre mães e pais diminuiu, principalmente devido à redução nas horas não remuneradas das mães, incluindo tarefas domésticas, compras e cuidados com os filhos. Isso sugere uma mudança nas dinâmicas de gênero em resposta a pressões econômicas externas.

Vobemer e Heyne (2019) também investigaram os efeitos da perda de emprego de um dos parceiros no domicílio e encontraram resultados semelhantes ao do presente trabalho. Como resultado, eles encontraram que tal impacto da perda de emprego, caracterizado como choque negativo de renda, aumenta a disparidade no trabalho remunerado entre os cônjuges, em especial quando é o homem que perde o emprego, e reduz a diferença nas horas dedicadas ao trabalho doméstico entre homens e mulheres. Os autores também ressaltam que as mudanças na divisão do trabalho doméstico após um episódio de desemprego são influenciadas por dois principais fatores: questões de gênero e dinâmicas individuais do casal, o que evidencia a complexidade inerente a essas relações. Além disso, o estudo destacou que a redistribuição das responsabilidades domésticas ocorre de forma imediata após o desemprego e se mantém estável ao longo do tempo. Ou seja, os resultados sugerem que teorias que adotam uma abordagem mista em relação ao gênero e consideram fatores como disponibilidade de tempo e recursos

relativos, oferecem uma explicação mais abrangente para esses fenômenos do que interpretações estritamente baseadas em diferenças de gênero.

Observa-se que a idade do homem não apresentou significância na explicação dos trabalhos remunerado e doméstico isoladamente. No entanto, uma idade mais avançada do homem está associada a um aumento na disparidade de horas dedicadas ao trabalho total entre homens e mulheres. Em contrapartida, no caso da idade feminina, ocorre o oposto: para o trabalho remunerado, um aumento de um ano na idade da mulher reduz essa disparidade, enquanto para os afazeres domésticos, a idade aumenta a discrepância, sendo o efeito mais pronunciado no trabalho remunerado. Quanto ao trabalho total, o resultado não foi significativo. Esses achados corroboram com as descobertas de Leopold, Skopek e Schulz (2018), que investigaram a convergência no tempo dedicado ao trabalho entre homens e mulheres ao longo da vida. Eles observam que as mulheres tendem a aumentar seu trabalho doméstico à medida que envelhecem, atingindo um pico antes de começar a declinar, enquanto os homens, geralmente mais envolvidos em atividades remuneradas, aumentam seu tempo de trabalho fora de casa até a aposentadoria, momento em que passam a desempenhar mais tarefas domésticas.

Quanto a raça, os cônjuges foram categorizados como brancos e não brancos. Os resultados para homens não brancos, em comparação com os brancos, mostraram uma associação negativa com a diferença de horas entre os cônjuges no trabalho remunerado e doméstico, enquanto para o trabalho total não foi significativo. Por outro lado, para as mulheres, a raça não foi significativa no trabalho remunerado, mas teve uma associação positiva e significativa com os afazeres domésticos e o trabalho total, com o coeficiente mais elevado para os afazeres domésticos. Esse resultado é relevante, pois evidencia a vulnerabilidade das mulheres não brancas em relação aos papéis de gênero. De fato, de acordo com Pessin e Pojman (2022), o casamento com homens negros está relacionado a uma divisão mais igualitária do trabalho entre os cônjuges. No entanto, as mulheres não brancas enfrentam uma carga maior de trabalho doméstico, especialmente quando casadas com homens hispânicos.

A escolaridade dos cônjuges mostrou-se significativa em todas as análises realizadas, predominantemente com efeitos negativos. No entanto, no modelo relacionado ao trabalho remunerado, a escolaridade dos homens está associada a um aumento na desigualdade de horas dedicadas. Isso pode ser justificado pelo fato de que uma maior escolaridade amplia as oportunidades de emprego para os homens, tornando-os ainda mais especializados no tipo de trabalho predominantemente realizado por eles. No que diz respeito aos afazeres domésticos, a escolaridade das mulheres reduz a diferença de horas dedicadas de forma mais pronunciada do que a escolaridade dos homens. Tal resultado está alinhado com a literatura, que indica que,

especialmente no que se refere aos trabalhos domésticos, a educação de ambos os cônjuges diminui as atitudes tradicionais em relação aos papéis de gênero, que sugerem que as mulheres devem ser responsáveis pelo lar enquanto os maridos provêm para a família (Baxter, 2015). Além disso, no que se refere à educação feminina, é amplamente aceito na literatura que ela aumenta as oportunidades de emprego das mulheres e seu poder de negociação dentro dos lares (Heath; Jayachandran, 2016).

Ter filhos com idade até 17 anos aumenta as desigualdades de gênero quanto à divisão do tempo dedicado ao trabalho remunerado e aos serviços domésticos, com uma maior intensidade neste último. Essa tendência pode ser justificada pelas demandas financeiras adicionais associadas à criação dos filhos, bem como pelas necessidades domésticas que surgem com a presença de crianças. Isso sugere que a presença de filhos reforça a especialização dos pais em suas tarefas socialmente atribuídas, com as mulheres mais voltadas para o trabalho doméstico e os homens para o trabalho remunerado.

Além disso, foi mostrado que residir em áreas urbanas ou rurais não tem um efeito significativo na distribuição do trabalho doméstico e remunerado entre os cônjuges, mas está associado a uma redução significativa na discrepância do trabalho total realizado pelo casal. Esse resultado mostra que, possivelmente, casais que vivem em áreas urbanas tendem a ter uma divisão mais equitativa do trabalho total em comparação com aqueles que vivem em áreas rurais. Resultados semelhantes foram encontrados por Luo e Chui (2019) ao analisarem dados de mulheres em idade produtiva na China. Eles observaram que a migração para áreas urbanas estava associada a uma redução na carga de trabalho das mulheres, particularmente no que diz respeito ao trabalho doméstico, o que contribui para uma redução significativa na desigualdade de afazeres entre os cônjuges.

Como mencionado anteriormente, a educação mais elevada da mulher seria um possível canal de aumento no seu poder de negociação dentro dos lares. Assim, visando verificar se esse poder de barganha consegue intensificar (reduzir) os efeitos do choque na redução (aumento) das desigualdades de alocação do tempo dos cônjuges, foi incorporada aos modelos estimados anteriormente a interação entre a escolaridade da mulher, considerando seu nível maior de escolaridade (12 anos ou mais), e os choques de renda. Os resultados desses modelos podem ser visualizados na Tabela 6.

Tabela 6 – Efeito empoderamento (educação mais elevada da mulher) sobre os choques de renda (2016 a 2019)

| Variáveis | Remunerado | Doméstico | Total |
|---|-----------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| Choque positivo | 0,0012 ^{NS} (0,0014) | -0,0346*** (0,0021) | 0,0101*** (0,0011) |
| Choque negativo | 0,0429*** (0,0024) | -0,0981*** (0,0025) | -0,0876*** (0,0015) |
| Choque positivo*Escolaridade da mulher | -0,0013*** (0,0003) | -0,0013** (0,0005) | -0,0010*** (0,0003) |
| Choque negativo*Escolaridade da mulher | -0,00217*** (0,0003) | -0,0032*** (0,0005) | -0,0014*** (0,0002) |
| Idade homem | 0,0002 ^{NS} (0,0006) | 0,0003 ^{NS} (0,0003) | 0,0011*** (0,0002) |
| Idade mulher | -0,0029*** (0,0003) | 0,0021*** (0,0004) | 0,0003* (0,0002) |
| Homem não branco | -0,0202*** (0,0058) | -0,0175*** (0,0038) | -0,0065 ^{NS} (0,0039) |
| Mulher não branca | 0,0018 ^{NS} (0,0052) | 0,0232*** (0,0047) | 0,0156*** (0,0029) |
| Escolaridade do homem | 0,0071*** (0,0008) | -0,0037*** (0,0008) | -0,0041*** (0,0006) |
| Escolaridade da mulher | -0,0083*** (0,0006) | -0,0110*** (0,0008) | -0,0056*** (0,0005) |
| Filhos | 0,0510*** (0,0032) | 0,0536*** (0,0049) | -0,00410* (0,0023) |
| Urbano | -0,0195 ^{NS} (0,0117) | 0,0039 ^{NS} (0,0113) | -0,0184* (0,0093) |
| Constante | 0,791*** (0,0244) | 0,464*** (0,0207) | 0,406*** (0,0154) |
| Efeito fixo de ano de nascimento do chefe | Sim | Sim | Sim |
| Efeito fixo de ano | Sim | Sim | Sim |
| Efeito fixo de região metropolitana | Sim | Sim | Sim |
| Efeito fixo de ano*região metropolitana | Sim | Sim | Sim |

Nota: (1) Desvio padrão entre parênteses. (2) Os dados com ***: significativo a 10%; **: significativo a 5%; *: significativo a 1%; ^{NS}: não significativo.

Fonte: elaboração própria.

Nessa nova especificação, o choque exógeno positivo de renda tornou-se não significativo para o trabalho remunerado, já as demais especificações mantiveram-se com os mesmos sinais. Os choques negativos, por sua vez, permaneceram com os mesmos sinais e

significância para os três modelos estimados. Os resultados apontaram, em todas as especificações, uma redução significativa na diferença entre as horas dedicadas ao trabalho por homens e mulheres. Isso sugere que, em choques positivos ou negativos, as mulheres mais educadas conseguem diminuir a discrepância no tempo dedicado ao trabalho doméstico, remunerado e total, comprovando o aumento do seu poder de barganha, independente se seja na direção de aumentar sua participação ou do seu cônjuge.

Esse resultado tem implicações significativas no contexto do empoderamento feminino através do aumento da escolaridade. Ele se alinha com a literatura que sugere que mulheres com maior nível educacional, especialmente aquelas que alcançaram o ensino superior, exercem mais poder de decisão nos lares, desviando-se dos papéis tradicionais de gênero e buscando parceiros com níveis educacionais semelhantes, que tendem a ser mais receptivos à divisão equitativa de tarefas (Soharwardi; Ahmad, 2020).

É crucial destacar que o empoderamento da força de trabalho feminina desempenha um papel importante na redução da disparidade entre as horas de trabalho dos cônjuges. Isso é evidenciado no estudo de Ruppner e Maume (2016), que utilizou dados dos Estados Unidos e constatou que em estados onde as mulheres são mais empoderadas no mercado de trabalho, há um aumento em sua participação no trabalho remunerado e uma diminuição nas diferenças no trabalho doméstico. Além disso, a pesquisa conduzida por Cornwall (2018) indica que o aumento da escolaridade feminina contribui para o empoderamento das mulheres, permitindo-lhes tomar decisões mais autônomas dentro e fora de casa. A autora também destaca que quando as mulheres têm maior acesso a recursos financeiros, são mais propensas a investir em saúde e educação para seus filhos, o que beneficia a acumulação de capital humano nas gerações futuras. Portanto, promover o acesso das mulheres à educação e ao mercado de trabalho é crucial, pois isso se traduz em melhores condições de vida para elas próprias e para suas famílias.

4.3 Teste de Robustez

Nesta subseção, apresentam-se os resultados derivados da agregação das variáveis (V4039, V4056 e V4062). No contexto desta dissertação, a variável V4039 foi empregada para registrar as horas laboradas pelo indivíduo em seu emprego principal. Contudo, ante a possibilidade de um choque exógeno na renda, é plausível que o sujeito busque ocupações secundárias para suplementar seus ganhos financeiros. Diante dessa premissa, identificou-se a necessidade de conduzir um teste de robustez.

Tal procedimento consistiu na agregação da variável horas laboradas pelo indivíduo em seu emprego principal (V4039) com outras duas, sendo elas as horas destinadas a empregos secundários (V4056) e a outras formas de ocupação (V4062). Os resultados estão expostos nas Tabelas 7, 8 e 9.

A Tabela 7 apresenta os resultados da estatística descritiva dos índices de trabalho. Observa-se que há uma redução do índice de trabalho remunerado, demonstrando uma maior igualdade na divisão dessas horas entre os cônjuges e um leve aumento do índice de trabalho total, na ordem de 1 ponto percentual. As Tabelas 8 e 9 fornecem os resultados dos choques e do efeito de empoderamento, respectivamente. Verificou-se que os sinais e a significância permaneceram inalterados em relação às análises anteriores. Além disso, os valores observados foram muito próximos, o que sugere uma consistência robusta nos resultados.

Tabela 7 – Índice de alocação do tempo de trabalho dos cônjuges, considerando horas trabalhadas no trabalho principal, secundário e outros (2016-2019).

| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|-------------------------------|--------|--------|--------|--------|
| Índice de trabalho remunerado | 0,5046 | 0,4982 | 0,4871 | 0,4832 |
| Índice de afazeres domésticos | 0,4372 | 0,4192 | 0,4102 | 0,4107 |
| Índice trabalho total | 0,2886 | 0,2786 | 0,2786 | 0,2653 |

Fonte: elaboração própria.

Tabela 8 –Efeitos de choques de renda sobre a alocação do tempo entre os cônjuges, considerando horas trabalhadas no trabalho principal, secundário e outros (2016 a 2019)

| Variáveis | Remunerado | Doméstico | Total |
|-----------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Choque positivo | -0,0154*** (0,000386) | -0,0399*** (0,000274) | 0,00454*** (0,000126) |
| Choque negativo | 0,0360*** (0,00301) | -0,109*** (0,00284) | -0,0863*** (0,00159) |

Nota: (1) Desvio padrão entre parênteses. (2) Os dados com ***: significativo a 10%; **: significativo a 5%; *: significativo a 1%; NS: não significativo.

Fonte: elaboração própria.

Tabela 9 –Efeito empoderamento (educação mais elevada da mulher) sobre os choques de renda, considerando horas trabalhadas no trabalho principal, secundário e outros (2016 a 2019)

| Variáveis | Remunerado | Doméstico | Total |
|-----------------|-------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Choque positivo | -0,00416 ^{NS} (0,00243) | -0,0346*** (0,00208) | 0,00857*** (0,00113) |
| Choque negativo | 0,0520*** (0,00405) | -0,0981*** (0,00252) | -0,0819*** (0,00158) |

| | | | |
|--|---------------------------|--------------------------|----------------------------|
| Choque positivo*Escolaridade da mulher | -0,00269*** (0,000587) | -0,00126** (0,000523) | -0,000962*** (0,000274) |
| Choque negativo*Escolaridade da mulher | -0,00479*** (0,000623) | -0,0032*** (0,000475) | -0,0013*** (0,000189) |
| Escolaridade da mulher | -0,0146*** (0,000739) | -0,0110*** (0,000791) | -0,00546*** (0,000520) |

Nota: (1) Desvio padrão entre parênteses. (2) Os dados com ***: significativo a 10%; **: significativo a 5%; *: significativo a 1%; ^{NS}: não significativo.

Fonte: elaboração própria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar o efeito de choques exógenos de renda, utilizando a taxa de desemprego na região metropolitana como variável representativa. A taxa de desemprego foi acrescida de um desvio padrão para representar choques negativos e subtraída de um desvio padrão para representar choques positivos. O estudo focou na diferença entre horas de trabalho doméstico, remunerado e total entre cônjuges heterossexuais em domicílios das regiões metropolitanas brasileiras no período compreendido entre 2016 e 2019, utilizando dados da PNAD Contínua.

Inicialmente, foi calculada a diferença entre a proporção de horas dedicadas a cada tipo de trabalho entre os cônjuges e em seguida, foram estimados os modelos. Os resultados descritivos apontam que as mulheres são mais especializadas em trabalho doméstico, ou seja, dedica mais horas a este tipo de trabalho do que seus cônjuges. Por outro lado, os homens dispõem mais horas no trabalho remunerado. Para o trabalho total, a diferença é bastante pequena, embora seja estatisticamente diferente tendo os homens mais horas trabalhadas em média.

Os resultados revelaram que choques positivos de renda, indicativos de uma melhora nas condições de mercado de trabalho, tendem a diminuir as disparidades de tempo dedicado ao trabalho doméstico e remunerado por cada cônjuge. Isso pode ser atribuído a uma redistribuição das responsabilidades, onde um cônjuge especializado em determinado tipo de trabalho reduz suas horas, enquanto o outro aumenta as suas. Por outro lado, choques negativos, representando uma piora nas condições de mercado de trabalho local, aumentam as disparidades entre as horas dedicadas ao trabalho remunerado, mas reduzem a diferença no trabalho doméstico.

Os resultados revelaram que choques positivos de renda, indicativos de uma melhora nas condições de mercado de trabalho, tendem a diminuir as disparidades de tempo dedicado ao trabalho doméstico e remunerado por cada cônjuge. Isso pode ser atribuído a uma redistribuição das responsabilidades, onde um cônjuge especializado em determinado tipo de trabalho reduz suas horas, enquanto o outro aumenta as suas. Por outro lado, choques negativos, representando uma piora nas condições de mercado de trabalho local, aumentam as disparidades entre as horas dedicadas ao trabalho remunerado, mas reduzem a diferença no trabalho doméstico.

Esses resultados indicam que as condições econômicas afetam diretamente a divisão de trabalho entre os cônjuges. Em períodos de melhora econômica, há uma tendência à igualdade na distribuição do trabalho doméstico e remunerado, o que sugere uma flexibilidade maior na alocação de tarefas e uma possível cooperação entre os cônjuges. Já em períodos de piora econômica, as disparidades no trabalho remunerado aumentam, possivelmente porque o cônjuge que perde o emprego ou tem sua renda reduzida acaba assumindo mais tarefas domésticas, enquanto o outro se concentra em manter ou aumentar a renda da família.

A interação entre choques de renda e a escolaridade mais elevada das mulheres revelou uma redução significativa na diferença entre as horas dedicadas ao trabalho por homens e mulheres, em todas as especificações. Isso sugere que, em situações de choques positivos ou negativos de renda, mulheres mais escolarizadas têm maior capacidade de reduzir a diferença entre o tempo dedicado ao trabalho doméstico, remunerado e total. Este resultado destaca o papel do empoderamento feminino por meio da educação na redistribuição das responsabilidades dentro dos lares.

Em suma, este estudo enfatiza a importância de compreender os fatores que moldam a divisão do trabalho em casa, especialmente em termos de desigualdades de gênero. Ao analisar os impactos dos choques de renda e da educação feminina nessa distribuição, surgem oportunidades para promover a equidade de gênero e o empoderamento das mulheres. Portanto, políticas que facilitam o acesso das mulheres à educação e ao emprego não geraria apenas benefícios individuais para as mulheres, mas também contribuem para uma distribuição mais equitativa das responsabilidades dentro dos lares, para o bem-estar geral das famílias e para uma sociedade mais justa e igualitária. Em última análise, esse estudo destaca a necessidade contínua de avançar na igualdade de gênero em todas as esferas da vida, uma vez que isso culmina em benefícios tangíveis para o bem-estar pessoal, familiar e social.

REFERÊNCIAS

ADDABBO, T. et al. Gender and the Great Recession: Changes in labour supply in Spain. **DEMB Working Paper Series**, 2013.

ALMEIDA, A. C.; **Choques e questões de gênero: perspectivas sobre indicadores educacionais e econômicos brasileiros**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: UFV, 2020.

ANDREW, Alison et al. The gendered division of paid and domestic work under lockdown. **Fiscal Studies**, v. 43, n. 4, p. 325-340, 2022.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, p. e020008, 2020.

BANDARA, A., R. DEHEJIA, and S. Lavie-Rouse. The impact of income and non-income shocks on child labor: Evidence from a panel survey of Tanzania. **World Development**, 67: 218–237, 2015.

BANDEIRA, L. M.; PRETURLAN, R. B. As pesquisas sobre o uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In: FOUNTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara. **Uso do tempo e gênero**, p. 43-59. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

BARAJAS, M. P. L. Avanços na América Latina na medição e valoração do trabalho não remunerado realizado por mulheres. In: FOUNTOURA, N.; ARAÚJO, C. **Uso do tempo e gênero**, p. 21-42. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

BATISTA, A. L.; COSTA, L. V. Choques de renda e domicílios chefiados por mulheres e: Uma análise para as regiões metropolitanas brasileiras no período de 2011 a 2015. **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, 47., 2019, São Paulo. *Anais...* ANPEC, 2019.

BATISTA, A. L.; **Domicílios chefiados por mulheres e choques de renda: uma análise para as regiões metropolitanas brasileiras no período de 2011 a 2015**. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa: UFV, 2019.

BAUM, C. L. "Does early maternal employment harm child development? An analysis of the potential benefits of leave taking." **Journal of Labor Economics** 21, vo.2 (2003): 409-448.

BAXTER, Jennifer. Gender role attitudes within couples, and parents' time in paid work, child care and housework. **The Longitudinal Study of Australian Children - Annual statistical report 2014**, v. 39, 2015.

BECKER, G. A Theory of Marriage: Part II. **Journal of Political Economy**, v.82, n. 2, p. 11-26, 1974.

BECKER, G.S. A Treatise on the Family. **Harvard University Press**, Cambridge, MA, 1991.

BERIK, G.; KONGAR, E. Time allocation of married mothers and fathers in hard times: The 2007–09 US recession. **Feminist Economics**, v. 19, n. 3, p. 208-237, 2013.

BERNIELL, I.; MACHADO, M.; LA MATA, D. The Impact of a Permanent Income Shock on the Situation of Women in the Household: the case of a pension reform in Argentina. **Economic Development And Cultural Change**, v.1, p.1-49, 29 jan. University of Chicago

BLAIR, Sampson Lee. The division of household labor. In: **Handbook of Marriage and the Family**. Boston, MA: Springer US, 2013. p. 613-635.

BLAU, F.; LAWRENCE, M. K. The gender wage gap: extent, trends, and explanations. **Journal of Economic Literature**, v. 55, n. 3, p. 789-865, 2017.

BOHN, Liana; FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Women in history of economic thought: Economics, literature and rhetoric in Marcet and McCloskey [Las mujeres en la historia del pensamiento económico: economía, literatura y retórica en Marcet y McCloskey]. **Estudios Economicos**, v. 40, n. 80, p. 105-129, 2023.

BORROWMAN, M.; KLASSEN, S. Drivers of gendered sectoral and occupational segregation in developing countries. **Feminist Economics**, v. 26, n. 2, p. 62-94, 2020.

BOTASSIO, D. C.; HOFFMANN, R. Measuring gender segregation. **Economic Theory**

BOURGUIGNON, Francois; BROWNING, Martin; CHIAPPORI, Pierre. **The collective approach to household behaviour**. DELTA (Ecole normale supérieure), 1995.

BRAGA, Cícero Augusto Silveira. **Essays on work diversification and inequalities in rural Brazil**. 2021. 84 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021.

BRANCO, D.; FÉRES, J. Weather shocks and labor allocation: Evidence from rural Brazil. **American Journal of Agricultural Economics** 103: 1359–77, 2021.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

CARDOSO, D. F. et al. Pandemia da covid-19 e famílias: impactos da crise e da renda básica emergencial. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 28, 2021.

COOLS, Sara; KOTSADAM, Andreas. Resources and intimate partner violence in Sub-Saharan Africa. **World Development**, v. 95, p. 211-230, 2017.

CORBACHO, A.; GARCIA-ESCRIBANO, M.; INCHAUSTE, G. **Argentina: Macroeconomic crisis and household vulnerability**. Review of Development Economics, v.11, n. 1, p. 92–106, 2007.

CORNWALL, Andrea. Além do “Empoderamento Light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cadernos pagu**, p. e185202, 2018.

CRISTOFANI, J.; E FAVA, A. C. P.; KUWAHARA, M. Y. China Shock and Female Labor Market Participation in Brazil. **Brazilian Review of Econometrics**, v. 42, n. 1, 2022.

DE BRAUW, A.; GILLIGAN, D. O.; HODDINOTT, J.; ROY, S. The impact of Bolsa

DONG, S. X. The differential impact of economic crisis on men and women, and its connection to intrahousehold bargaining. **WIDER Working Paper**, 2017.

DUFLO, E. Women empowerment and economic development. **Journal of Economic Família** on women's decision-making power. **World Development**, v. 59, p. 487-504, 2014.

FOSTER, Gigi; STRATTON, Leslie S. Do significant labor market events change who does the chores? Paid work, housework, and power in mixed-gender Australian households. **Journal of Population Economics**, v. 31, p. 483-519, 2018.

FRANKENBERG, E., et al. **The real costs of Indonesia's economic crisis: Preliminary findings from the Indonesia Family Life Surveys**. 1999.

GLEWWE, P.; HALL, G. **Who is most vulnerable to macroeconomic shocks?** Hypotheses tests using panel data from Peru. [s.l.] The World Bank, 1998.

GONÇALVES, S. L.; MENEZES FILHO, N. A. **O salário mínimo e a oferta de trabalho das famílias pobres: uma abordagem coletiva com os dados da PNAD Contínua (2012-2015)**. n. 40, Universidade de São Paulo (FEA-USP). 2015.

HAUSHOFER, Johannes; SHAPIRO, Jeremy. Household response to income changes: Evidence from an unconditional cash transfer program in Kenya. **Massachusetts Institute of Technology**, v. 24, n. 5, p. 1-57, 2013.

HEATH, Rachel; JAYACHANDRAN, Seema. The causes and consequences of increased female education and labor force participation in developing countries. **National Bureau of Economic Research**, 2016.

HEATH, Rachel; JAYACHANDRAN, Seema. **The causes and consequences of increased female education and labor force participation in developing countries**. National Bureau of Economic Research, 2016.

IBGE. **Séries Históricas – Taxa de desocupação**. 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 14 abr. 2024.

IBGE/PNAD. **IBGE/Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua – 2017**, 2018.

ILO – International Labour Organization. **Women at work: trends 2016**. Geneva: ILO, 2016.

JAMES-BURDUMY, S. "The effect of maternal labor force participation on child development." **Journal of Labor Economics** 23, no.1 (2005): 177-211.

JUHN, C.; UJHELYI, G.; VILLEGAS-SANCHEZ, C. Men, women, and machines: How KAYA BAHÇE, S. A.; MEMİŞ, E.. Estimating the impact of the 2008–09 economic crisis on work time in Turkey. **Feminist Economics**, v. 19, n. 3, p. 181-207, 2013.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIDRATA, H. et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: **Editora UNESP**, 2009.

KUMAR, N.; QUISUMBING, A. **Gender, Shocks, and Resilience**. Intl Food Policy Res Inst, 2014.

KUPER, G. Z. Las mujeres em los âmbitos de poder económico y político de México. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociale**, 2015.

LEOPOLD, Thomas; SKOPEK, Jan; SCHULZ, Florian. Gender convergence in housework time: A life course and cohort perspective. **Sociological Science**, v. 5, p. 281, 2018.

LUNDBERG, S.; POLLAK, R. A. Noncooperative bargaining models of marriage. **The American Economic Review**, v. 84, n. 2, p. 132-137, 1994.

MAJLESI, Kaveh. Labor market opportunities and women's decision-making power within households. **Journal of Development Economics**, v. 119, p. 34-47, 2016.

MARRY, C. As carreiras das mulheres no mundo acadêmico. O exemplo da Biologia. In: COSTA, A. de O.; SORJ, B. BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. **Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MEDEIROS, M.; PINHEIRO, L. S. Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013. **Sociedade e Estado**, v. 33, p. 159-185, 2018.

MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael G.; COSTA, Joana. Gender inequalities in allocating time to paid and unpaid work: evidence from Bolivia. In: **Unpaid work and the economy: gender, time use and poverty in developing countries**. London: Palgrave Macmillan UK, 2010. p. 58-75.

MODENA, F.; GILBERT, C. L. Household responses to economic and demographic shocks: marginal logit analysis using Indonesian data. **Journal of Development Studies**, v. 48, n. 9, p.1306-1322, 2012.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2023. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Glossario-ODS-5.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PASSOS, L.; MACHADO, D. Determinantes do trabalho produtivo no Brasil: as normas de gênero e a decisão intrafamiliar. **Economia e Sociedade**, v. 31, p. 203-227, 2022.

PESSIN, Léa; POJMAN, Elena Maria. Visualizing Racial-Ethnic Differences in the Division of Housework among Different-Sex Couples in the United States. **Socius**, v. 8, p. 23780231221084765, 2022.

POJMAN, Elena. How Responsive is Domestic Labor Outsourcing to an Income Shock? Evidence from the Alaska Permanent Fund Dividend. **Working paper**, 21 ago. 2023.

RUPPANNER, Leah; MAUME, David J. The state of domestic affairs: Housework, gender and state-level institutional logics. **Social Science Research**, v. 60, p. 15-28, 2016.

SABARWAL, S., et al. **How do women weather economic shocks? What we know**. World Bank, Poverty Reduction and Economic Management Network, 2011.

SALVAGNI, J. et al. Maternidade e mercado de trabalho: a trajetória das mulheres no desenvolvimento de carreiras. **Confluências: revista interdisciplinar de sociologia e direito**. Niterói, Rio de Janeiro. v. 25, n. 1 (jan./abr. 2023), p. 18-42, 2023.

SANTOS, M. H. P.; ALMEIDA, A. C. Feminização da pobreza: uma análise sobre privações em aspectos relacionados à pobreza em tempos de COVID-19. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 56, n.1, 2024.

SOHARWARDI, Mariam A.; AHMAD, Tusawar I. Dimensions and determinants of women empowerment in developing countries. **International Journal of Sustainable Development and Planning**, v. 15, n. 6, p. 957-964, 2020.

TEIXEIRA, C. G.; **O Programa Bolsa Família e a oferta de trabalho: uma perspectiva de choque orçamentário**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais: UFMG, 2009.

TEIXEIRA, M. O. **Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013**. Tese (Doutorado)– Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2017.

UPTON, G. B; YU, H. Labor demand shocks and earnings and employment differentials: Evidence from the US shale oil & gas boom. **Energy Econ**. 102, 105462, 2021.

VERMEULEN, Frederic. Collective household models: principles and main results. **Journal of Economic Surveys**, v. 16, n. 4, p. 533-564, 2002.

VOBEMER, Jonas; HEYNE, Stefanie. Unemployment and housework in couples: Task-specific differences and dynamics over time. **Journal of Marriage and Family**, v. 81, n. 5, p. 1074-1090, 2019.

WEF – World Economic Forum. **The Global Gender Gap Report 2023**. 2023. Disponível em: <https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2023.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

WORLD BANK. **Woman, Business and the Law**, Washington, D.C, 2021.

YERKES, Mara A. et al. ‘Intelligent’lockdown, intelligent effects? Results from a survey on gender (in) equality in paid work, the division of childcare and household work, and quality of life among parents in the Netherlands during the Covid-19 lockdown. **PloS one**, v. 15, n. 11, p. e0242249, 2020.

APÊNDICE

Apêndice 1 – Teste de exogeneidade do modelo – Efeito da alocação do tempo dos cônjuges sobre a taxa de desemprego das regiões metropolitanas

| Variáveis | Modelo I |
|-------------------------------|--|
| <i>Modelo I</i> | |
| Índice de trabalho remunerado | -0,0000266 ^{NS} (0,0000287) |
| <i>Modelo II</i> | |
| Índice de trabalho doméstico | 0,00000743 ^{NS} (0,00000803) |
| <i>Modelo III</i> | |
| Índice de trabalho total | 0,0000778 ^{NS} (0,0000832) |

Nota: (1) Todos os modelos tem como variável explicada a taxa de desemprego da região metropolitana e como variáveis de controle e efeitos fixos aqueles utilizados na equação (1). A diferença entre elas é a variável explicativa de interesse que no Modelo I é o índice de alocação de tempo de trabalho remunerado, no Modelo II o índice para trabalho não remunerado e no Modelo III para trabalho total. (2) ***: significativo a 10%; **: significativo a 5%; *: significativo a 1%; ^{NS}: não significativo.

Fonte: elaboração própria.